

## Estudo mostra que gastos com Legislativo estão na média mundial

As despesas do Congresso brasileiro são compatíveis com a média de 18 países, segundo estudo do consultor legislativo do Senado Marcos Mendes. O parlamento custa US\$ 13,73 por habitante ao ano – abaixo do que gastam os Estados Unidos, por exemplo –, enquanto a média apurada pela pesquisa foi de US\$ 12,27.

páginas 8 e 9

## justiça

### Comissão aprova novo Código de Processo Penal

página 3

## cidadania

### Os melhores planos para o 13º salário

Além de recomendada por especialistas, saldar débitos já é a primeira opção dos brasileiros, que, antes de gastar com festas e presentes, devem estar atentos também à reserva de dinheiro para ajudar a pagar as contas que vencem no início do ano.

página 16

# Orçamento vai a voto com mínimo de R\$ 505

Se não houver mudança, valor do piso nacional deve ficar igual ao proposto pelo governo. Antes da decisão pelo Plenário do Congresso, a Comissão

Mista de Orçamento deve fazer esforço concentrado para examinar três relatórios setoriais que ficaram pendentes na semana passada.

página 2



Protesto de jovens internados no Caje do DF, em 2008: realidade mostra pouco resultado das políticas de ressocialização dos infratores

## Com 11 mil jovens atrás das grades, país discute saídas

páginas 6 e 7

## e mais...

ambiente legal	3
projetos aprovados	4
agora é lei	5
voz do leitor	15
frases	15
pergunte ao senador	15

FOTOS: JOSÉ CRUZ



Simon incentiva protestos de estudantes e Adelmir aponta divergências no DEM

## direitos civis

### Divórcio sem burocracia pode ser aprovado em definitivo

páginas 10 e 11

## uruguai

### Mercosul deve produzir mais que integração econômica, diz Mujica

página 3

## Senadores reagem a confronto em Brasília

página 12

# agenda



Magela (E) diz em entrevista que propôs acordo suprapartidário para que nova estimativa priorize despesas obrigatórias

## Orçamento pode ser votado nesta quinta

Comissão mista deve examinar nesta semana três últimos relatórios setoriais e parecer final; projeto da LOA pode ser votado em Plenário em seguida

O relator-geral do Orçamento, deputado Geraldo Magela (PT-DF), disse que o projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2010 poderá ser votado pelo Plenário do Congresso na quinta-feira.

Na semana passada, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) concluiu a votação de sete relatórios setoriais: Trabalho, Previdência e Assistência Social; Poderes de Estado e Representação; Justiça e Defesa; Fazenda, Desenvolvimento e Turismo; Saúde; Planejamento e Desenvolvimento Urbano; e Agricultura e Desenvolvimento Agrário. Agora, o colegiado deverá fazer um esforço concentrado para votar os três restan-

tes (Infraestrutura; Integração Nacional e Meio Ambiente; e Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte) e o parecer final de Magela.

Antes disso, os representantes dos partidos na CMO devem ne-

gociar um acordo para a segunda estimativa de receita primária para 2010 (que não é obrigatória) e tentar fechar o déficit que há na proposta – segundo Magela, de cerca de R\$ 7 bilhões em despesas obrigatórias.

### Decisão do Congresso sobre créditos para ministérios deve ocorrer nesta semana

A sessão do Congresso para votação de projetos que autorizam a abertura de créditos em favor de órgãos do Executivo foi transferida para terça-feira. O PLN 32/09 autoriza crédito de R\$ 266,7 milhões para o Ministério da Saúde; o PLN 83/09, de R\$ 1,2 bilhão, para

as pastas de Educação, Cultura e Esporte; e o PLN 91/09, de R\$ 445 milhões para os ministérios da Justiça e da Defesa.

Há também reuniões agendadas para quarta e quinta-feira, a fim de examinar os créditos orçamentários e o projeto da LOA 2010 (PLN 46/09).

## CMO mantém salário mínimo de R\$ 505,55 a partir de janeiro

Sem diferença em relação ao proposto pelo governo no projeto da Lei Orçamentária Anual de 2010, o relatório setorial da área de Trabalho, Previdência e Assistência Social, aprovado pela Comissão Mista de Orçamento na última quarta-feira, fixa em R\$ 505,55 o salário mínimo a partir de 1º de janeiro. O valor embute reajuste de 8,72%, sendo 3,47% equivalente à variação dos preços (pelo INPC) e 5,08% ao crescimento do produto interno bruto (PIB) de 2008.

As despesas afetadas pelo salário mínimo estão orçadas em R\$ 286,9 bilhões para 2010, conforme o relator da área, deputado Nelson Meurer (PP-PR). As centrais sindicais esperam ampliar o valor previsto, decisão que só sairá na fase de elaboração do relatório final do Orçamento. O relator-geral, deputado Geraldo Ma-

gela, disse que tudo depende de acordo com o governo. A concessão de aumento acima do valor previsto provocará, para cada R\$ 1 a mais no valor, acréscimo de R\$ 210,6 milhões nas despesas atreladas ao salário mínimo.

O governo encaminhou proposta orçamentária no valor global de R\$ 339,15 bilhões para as três pastas dessa área. Desse total, R\$ 254 bilhões são despesas do Ministério da Previdência Social, incluindo os gastos com benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e do Regime Geral de Previdência.

Ao Ministério do Trabalho e Emprego couberam R\$ 46,42 bilhões. Para o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, foram previstos R\$ 38,72 bilhões, aí incluídos R\$ 13,1 bilhões do Bolsa Família.

## Decisão sobre entrada da Venezuela no Mercosul fica para esta terça

Um acordo de líderes adiou para esta terça-feira a votação do projeto de decreto legislativo que aprova a adesão da Venezuela ao Mercosul. A decisão foi tomada na última quarta – quando esgotou-se a fase de discussão do projeto –, a pedido do líder do governo, senador Romero Jucá (PMDB-RR), em razão do reduzido número de parlamentares em Plenário.

A votação da matéria (PDS 430/08) vem sendo adiada há

mais de um mês, quando o voto em separado de Jucá, favorável à adesão, foi aprovado na Comissão de Relações Exteriores (CRE). O relator, Tasso Jereissati (PSDB-CE), que deu parecer contrário, teve seu voto rejeitado. Os opositoristas apresentam argumentos contrários à adesão, como o desrespeito às liberdades democráticas na Venezuela. Já os governistas reforçam a importância do fortalecimento político, econômico e cultural do bloco.

## comissões

### Segunda-feira

18h – INFRAESTRUTURA

**América Latina** – Audiência pública sobre a infraestrutura e a integração na América Latina, dentro da programação da Agenda 2009-2015: Desafios Estratégicos Setoriais.

13h – JURISTAS

**CPC** – A Comissão de Juristas encarregada da elaboração do novo Código de Processo Civil discute sistema recursal e ação de usucapião.

14h50 – ORÇAMENTO

**LOA** – Exame de relatórios setoriais sobre o Orçamento para 2010.

### Terça-feira

8h30 – INFRAESTRUTURA

**Gestores** – Votação de mensagens e sabatina de indicados para agências nacionais e Dnit.

9h30 – AGRICULTURA

**Benefício** – Análise de projeto que

concede benefício do seguro-desemprego ao trabalhador rural.

10h – ASSUNTOS ECONÔMICOS

**Indicação** – Sabatina de indicados para cargos na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e análise de contratação de crédito externo com os Estados Unidos.

11h – SENADO INCLUSIVO

**Evento** – Abertura da V Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência, no Salão Branco.

11h30 – MEIO AMBIENTE

**Descarte** – A comissão analisa projeto que torna obrigatórios a previsão da emissão de carbono e o cálculo de sua neutralização nos projetos culturais beneficiados pelo poder público, e proposta que obriga a constar no rótulo das embalagens informações educativas sobre o descarte dos produtos.

15h – COPA DO MUNDO

**Portal** – Lançamento do Portal da

Fiscalização da Copa do Mundo de 2014, no Plenário 9 da Câmara dos Deputados.

### Quarta-feira

9h – CIÊNCIA E TECNOLOGIA

**Banda larga** – Audiência pública para ouvir o ministro das Comunicações, Hélio Costa, sobre o Plano Nacional de Banda Larga.

10h – CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

**CPI** – Analisa projeto que proíbe fumar em ambientes fechados e proposta que define como crime o extravio ou destruição de documentos objeto de investigação de comissão parlamentar de inquérito.

10h – CPMI DO MST

**Planejamento** – Reunião para apresentação do plano de trabalho.

14h – MEIO AMBIENTE

**Gestão** – Audiência pública para tratar das medidas adotadas pelo Senado para solucionar os problemas

administrativos e de gestão ocorridos em 2009, com a presença do senador Heráclito Fortes (DEM-PI).

14h30 – ORÇAMENTO

**LOA** – A comissão examina relatórios setoriais apresentados à proposta

orçamentária para 2010.

### Quinta-feira

10h – ORÇAMENTO

**LOA** – Examina relatórios setoriais sobre o Orçamento para 2010.

## plenário

### Segunda-feira

**14h – Sessão não deliberativa**

### Terça-feira

**14h – Sessão deliberativa**

**Braille** – Na hora do expediente, homenagem ao bicentenário de nascimento de Louis Braille, inventor do sistema braille de leitura e escrita para cegos. Na pauta de votação, estão os projetos de lei que instituem a política de assistência técnica e extensão rural

e um programa para o setor (PLC 219/09), e o Programa de Cultura do Trabalhador e o vale-cultura (PLC 221/09).

### Quarta-feira

**14h – Sessão deliberativa**

### Quinta-feira

**14h – Sessão deliberativa**

### Sexta-feira

**9h – Sessão não deliberativa**

## decisões

## Presidente eleito do Uruguai faz defesa firme do Mercosul

Muitas vezes criticada pela falta de resultados imediatos, a construção do Mercosul obteve o apoio da maioria dos uruguaios nas eleições realizadas no início de dezembro. Ao contrário do que ocorre no Brasil, onde a política externa poucas vezes ganha espaço nos debates eleitorais, a integração regional foi um tema predominante nas eleições do Uruguai. E ganhou a disputa o candidato da Frente Ampla, José Pepe Mujica, que assumiu a defesa do Mercosul.

Em entrevista à Agência Senado e à TV Senado, Mujica criticou “as direitas que não querem a integração” e propôs maior aproximação não apenas comercial, mas também cultural, científica e de infraestrutura, entre os quatro países que integram o bloco – Argentina, Brasil, Paraguai e o Uruguai.

### Como o senhor define a diferença entre antigo guerrilheiro e o novo presidente do Uruguai?

Quatro décadas são muito tempo, muitas coisas aconteceram no mundo, na América. Há 40 anos, queríamos consertar o mundo. Agora, tentamos melhorar o caminho da nossa casa. Somos mais humildes, mais modestos. O mundo continua esperando.

### Como vê as diferenças entre a esquerda representada pelos presidentes do Brasil e do Chile, Luiz Inácio Lula

### da Silva e Michelle Bachelet, e da Venezuela, Hugo Chávez?

O verdadeiro julgamento se dá a partir de resultados, não com as declarações ou com as medidas. Se favorece as pessoas mais humildes, se contribui para elevar o fundo da sociedade, será de esquerda. Porque a esquerda é solidariedade, é lembrar dos mais fracos. Pode haver caminhos e métodos distintos. Por isso, prefiro respeitar cada um dos países, que têm seus caminhos, seus modelos.

### O Uruguai assume uma postura a favor da integração, após as eleições?

Somos um país agrícola pequeno, que está em um lugar importante, porque é a entrada da boca de um sistema de grandes rios. Temos que ser um país ponte. Há direitas aqui que não querem o Mercosul, não querem a integração. Queriam que este país fosse em direção ao livre mercado, para viver do comércio e se tornar um grande centro financeiro. Um país muito liberal, muito aberto, que servisse de trampolim para vender aos vizinhos. Entendemos que esse é um projeto muito perigoso, porque os vizinhos teriam de se defender. O Mercosul tem sido excessivamente mercantilista. Apenas pelo comércio não nos integraremos. Precisamos de outras coisas: pesquisa, ciência, cultura.

#### ACORDO NA ÁREA DE SAÚDE

O Senado aprovou na terça-feira passada o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) 847/09, de autoria da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, que aprova texto complementar ao acordo para permissão de residência, estudo e trabalho a brasileiros e uruguaios que residem nas áreas de fronteira entre os dois países com objetivo de prestar serviços na área de saúde.



Casagrande (E), Marconi, Valter Pereira e Demostenes: ideia é levar projeto ao Plenário para votação ainda este ano

## Comissão aprova o novo Código de Processo Penal

Principal novidade no texto é o fim do excesso de medidas protelatórias nos processos, que contribuem para a impunidade e a morosidade da Justiça

Em votação simbólica, a comissão especial interna do Senado constituída para examinar o projeto de lei (PLS 156/09) que reforma o Código de Processo Penal aprovou o relatório do senador Renato Casagrande (PSB-ES). O relator sugeriu negociar com o presidente do Senado, José Sarney, e com o vice-presidente, Marconi Perillo, para que a matéria possa

ser votada pelo Plenário ainda este ano.

O presidente da comissão, Demostenes Torres (DEM-GO), informou que alguns senadores, entre eles Pedro Simon (PMDB-RS), pretendem apresentar um recurso para que, antes de ir a Plenário, a matéria passe pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

– Se o Congresso aprovar esse

projeto, o Brasil deixará de ter um Código de Processo Penal baseado em um sistema inquisitorial e passará a dispor de um código acusatório. O texto que aprovamos define claramente a função de cada operador do Direito. O código deixa de ser um instrumento de impunidade, como é usado hoje, e permite que o processo tenha uma tramitação mais rápida – disse Casagrande.

#### PENA MAIOR PARA INVASÃO

O crime de “esbulho possessório” – invasão de terreno ou edifício por mais de duas pessoas, com uso de violência ou grave ameaça – poderá ter a pena agravada se ocorrer em unidade de conservação da natureza, de reserva legal ou de preservação permanente, diz projeto do senador Gilberto Goellner (DEM-MT) aprovado pela CCJ.

#### IDELI PROTESTA

A presidente da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (CMMC), Ideli Salvatti (PT-SC), protestou contra a divulgação de dois documentos que podem prejudicar a 15ª Conferência sobre Mudança Climática, em Copenhague, na Dinamarca.

#### AGROPECUÁRIA E ECOLOGIA

A Comissão de Meio Ambiente (CMA) aprovou o PLS 260/07, do ex-senador Expedito Júnior, que institui a Política Nacional de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta. Na prática, a proposta busca inserir a pecuária brasileira como atividade afinada com as grandes preocupações ecológicas atuais.

#### ÁGUA COMO PRIORIDADE

A água vai fazer a diferença, de forma dramática, e se tornar o produto mais importante deste século, afirmou o presidente da Agência Nacional de Águas (ANA), José Machado, em debate na CMA. Ele propôs que a questão seja prioritária na agenda nacional.

## ambiente legal

### O peso do boi na mudança do clima

Importante fonte de renda para o Brasil, a pecuária responde por metade da emissão dos gases causadores do efeito estufa liberados no país, e a abertura de novas pastagens ocupa três quartos da área desmatada na Amazônia e 56,5%

no Cerrado. Esses dados, apresentados na conferência do clima em Copenhague, constam de estudo coordenado por Mercedes Bustamante, da UnB; Carlos Nobre, do Inpe; e Roberto Smeraldi, da ONG Amigos da Terra.

### Redução de emissões também pode produzir riqueza

O pesquisador Roberto Smeraldi observa que se a carne tivesse que pagar o dióxido de carbono que libera, sua produção se tornaria inviável. No entanto, diz ele, a adoção de boas práticas permite reduzir

as emissões “e vender o CO2 poupado no mercado de emissões por um preço superior ao da carne. O frigorífico pode fazer mais dinheiro vendendo redução de carbono do que vendendo a própria carne”.

### Um quilo de carne gera 300 de gás

Segundo os cálculos de Roberto Smeraldi, 1kg de carne industrializada gera 300kg de gás estufa. “Esses 300kg custam R\$ 10 no mercado de carbono. É mais do que o custo da própria carne por quilo no atacado (o quilograma do dianteiro custa R\$ 3,60; do traseiro, R\$ 5,90)”, observa o pesquisador.

### Obama: é preciso fazer algo

“Há poucas dúvidas científicas de que, se não fizermos nada, enfrentaremos mais seca, mais fome e mais deslocamentos maciços que alimentarão mais conflitos durante décadas.” Essa afirmação foi feita pelo presidente norte-americano Barack Obama, ao receber o Prêmio Nobel da Paz em Oslo, na Noruega.

### Apelo ao mundo por união

Obama, que irá ao encerramento da conferência sobre mudança climática, em Copenhague, no dia 18, fez um apelo ao mundo para que enfrente unido a luta contra as mudanças climáticas. “Não são apenas os cientistas e os ativistas que pedem medidas rápidas e decisivas – são os líderes militares, por entenderem que está em jogo a segurança de toda a Humanidade”, advertiu Obama.

## decisões

# Vale-transporte pode ter custeio integral

Comissão de Assuntos Sociais aprovou projeto de Paulo Paim que determina o pagamento total do benefício pelo empregador

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou proposta que determina o custeio integral do vale-transporte pelo empregador. Atualmente, o trabalhador contribui com até 6% de seu salário básico para custear o benefício.

De Paulo Paim (PT-RS), o projeto (PLS 228/09), relatado por Cristovam Buarque (PDT-DF), determina que os gastos com o vale-transporte poderão ser deduzidos pelos patrões como despesa operacional na determinação do lucro real da empresa ou

no cálculo de Imposto de Renda devido.

A CAS aprovou outros dois projetos sobre direitos do trabalhador: o PLS 187/06, também de Paim, que concede a operadores de redes de telefonia móvel adicional de periculosidade de 30% sobre o salário; e substitutivo de Rosalba Ciarlini (DEM-RN) ao PLS 493/09, de Marcelo Crivella (PRB-RJ), que estende o adicional de periculosidade a empregados em serviços de portaria, vigilância e segurança. Ainda haverá votação suplementar desse projeto.

## Na falta da mãe, licença maior para o pai

A possibilidade de licença-paternidade com o mesmo período da licença-maternidade, quando da falta da mãe, é o que prevê projeto de Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) aprovado na CAS, em votação terminativa.

De acordo com o projeto (PLS 165/06), o benefício também é assegurado em caso de adoção de criança, desde que a licença-

maternidade não tenha sido requerida.

A proposta estabelece ainda que trabalhador de empresa com mais de 50 funcionários que for responsável por criança, de até três anos, com deficiência ou doença de tratamento continuado poderá ausentar-se do trabalho por até dez horas semanais – a serem compensadas em acordo com o empregador –, sem prejuízo do salário.



Flávio Arns é autor de projeto que adapta Lei de Diretrizes e Bases a emenda constitucional

## Ensino fundamental começa aos cinco anos

O ensino fundamental obrigatório, com duração de nove anos, terá início a partir dos cinco anos de idade, segundo estabelece projeto de Flávio Arns (PSDB-PR), uma das 16 propostas aprovadas na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) na semana passada, em decisão terminativa.

O projeto (PLS 414/08) foi relatado por Sérgio Zambiasi (PTB-RS) e visa adaptar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) à mudança na Constituição feita em 2006 que ampliou o ensino obrigatório. Outra proposta acatada na CE foi o substitutivo da relatora, Marisa Serrano (PSDB-MS), ao PLS 449/07, de Cristovam Buarque (PDT-DF), que torna a participação dos pais em reuniões escolares condição adicional para se receber a Bolsa Família.

## Redução do Fies para médico e professor

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou mudança nas regras do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies) que beneficia professores da rede pública de educação básica e médicos integrantes de programas de saúde da família. Eles poderão abater mensalmente 1% de seus saldos devedores.

O acesso dos estudantes do ensino técnico de nível médio ao fundo, a ampliação do prazo de amortização do saldo devedor e o uso de certificados do Fies emitidos pelo Tesouro Nacional para a quitação de tributos federais pelas instituições de ensino são outras inovações contidas no projeto (PLC 184/09), que recebeu parecer favorável, com quatro emendas de redação, de Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN).

Antes de passar pela CAE, o projeto foi examinado pela Comissão de Educação, onde recebeu parecer pela aprovação de Sérgio Zambiasi (PTB-RS). Para evitar que a matéria voltasse para a Câmara, o que atrasaria a implementação das mudanças no Fies, tanto Zambiasi quanto Garibaldi rejeitaram sete emendas apresentadas no Senado. Algumas das sugestões feitas pelos senadores serão aproveitadas, entretanto, em projeto a ser elaborado pelas duas comissões.

## projetos aprovados

De 7 a 11 de dezembro

### Plenário

➔ **PDS 847/09** – Aprova acordo que facilita acesso a serviços de saúde na fronteira entre Brasil e Uruguai. Vai à promulgação.

### CAE

### Vão à Câmara

➔ **PLS 133/06**, de José Sarney (PMDB-AP) – Concede às pessoas carentes isenção de taxas de ocupação nos últimos cinco anos em terrenos de marinha.

➔ **PLC 184/09** – Facilita o abatimento de saldo devedor do Fies a professores e médicos da rede pública.

### CE

### Vão à Câmara

➔ **PLS 414/08**, de Flávio Arns (PSDB-PR) – Estabelece que o ensino fundamental obrigatório terá início a partir dos cinco anos de idade.

➔ **PLS 449/07**, de Cristovam Buarque (PDT-DF) – Torna a participação dos pais em reuniões escolares condição adicional para se receber o Bolsa Família.

➔ **PLS 300/09**, de Demostenes Torres (DEM-GO) – Denomina Domingos Mendes da Silva o *campus* do Instituto Federal Goiano, em Ceres (GO).

➔ **PLS 271/09**, de José Agripino (DEM-RN) e Rosalba Ciarlini (DEM-RN) – Autoriza a criação, em Umarizal (RN), do *campus* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte.

➔ **PLS 270/09**, de Rosalba Ciarlini – Autoriza a

implantação de *campus* do mesmo instituto em Nova Cruz (RN).

### Vão à sanção

➔ **PLC 80/09** – Torna o município de Nova Petrópolis (RS) a Capital Nacional do Cooperativismo.

➔ **PLC 125/09** – Denomina Comendador Hiroshi Sumida ponte sobre o rio Ribeira de Iguape, em Registro (SP).

➔ **PLC 102/09** – Denomina Milton Geraldo Lampe o *campus* de Apucarana (PR) da Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

➔ **PLC 181/09** – Institui o Dia Nacional da Comunidade Ucraniana.

➔ **PLC 120/09** – Institui o Dia Nacional da Baiana do Acarajé.

➔ **PLC 157/09** – Institui o Dia do DeMolay, organização de jovens da maçonaria.

➔ **PLC 72/09** – Institui o Dia Nacional da Câmara Júnior, associação destinada a desenvolver a consciência cívica da juventude.

➔ **PLC 156/09** – Institui o Dia Nacional dos Trabalhadores na Área da Saúde, em 12 de maio.

➔ **PLC 231/09** – Denomina Rodovia Engenheiro Simão Gustavo Tamm anel rodoviário de Barbacena (MG).

➔ **PLC 301/09** – Denomina Ponte de Integração Deputado Tristão da Cunha ligação entre Passos e São João Batista de Glória, em Minas Gerais.

➔ **PLC 71/09** – Denomina Rodovia Governador Henrique Santillo trecho da BR-060.

### CAS

### Vão à Câmara

➔ **PLS 740/07**, do senador Romeu Tuma (PTB-SP) – Regulamenta a profissão de artistas.

➔ **PLS 249/06**, do senador Paulo Paim (PT-RS) – Estabelece condições de trabalho dos nutricionistas.

➔ **PLS 49/08**, do ex-senador Expedito Júnior – Estende direito à pensão por morte aos filhos até 24 anos, quando estudantes.

➔ **PLS 334/05**, de Flávio Arns (PSDB-PR) – Altera a forma de cálculo de renda mensal familiar *per capita*.

➔ **PLS 10/08**, do ex-senador Expedito Júnior – Estabelece normas para o pagamento de agentes de saúde.

➔ **PLS 158/09**, de Maria do Carmo Alves (DEM-SE) – Prevê diagnóstico precoce de câncer de mama.

➔ **PLS 165/06**, de Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) – Aumenta período da licença-paternidade na ausência da mãe.

➔ **PLS 228/09**, de Paulo Paim – Estabelece que gastos com vale-transporte poderão ser deduzidos, pelos patrões, no cálculo do Imposto de Renda.

**PLS 187/06**, de Paulo Paim – Concede aos operadores de telefonia celular adicional de periculosidade de 30%.

➔ **PLS 65/03**, de Paulo Paim – Permite uso de recursos do FGTS para adquirir imóvel rural.

➔ **PLS 335/04**, de Arthur Virgílio (PSDB-AM) – Dispensa de revista os portadores de marca-passos ou de aparelhos similares.

➔ **PLS 618/07**, de Paulo Paim – Regulamenta as profissões de catador de materiais recicláveis e de reciclador de papel.

➔ **PLS 76/09**, do ex-senador Expedito Júnior – Institui a distribuição gratuita de medicamentos a pessoas carentes.

### CCJ

### Vão à Câmara

➔ **PLS 551/07**, de Leomar Quintanilha (PMDB-TO) – Regulamenta a Justiça de Paz.

➔ **PLS 223/09**, de Marcelo Crivella (PRB-RJ) – Impõe novos limites à terceirização de serviços pela administração pública.

➔ **PLS 46/06**, de Paulo Paim – Institui medidas de proteção à criança e ao adolescente.

➔ **PLS 132/09**, de Gilberto Goellner (DEM-MT) – Aumenta pena por invasão de propriedade particular localizada em reserva ambiental.

➔ **PLS 330/09**, de Romero Jucá (PMDB-RR) – Dá prioridade para doação aos conselhos tutelares de bens apreendidos por órgãos públicos federais.

### Vai à sanção

➔ **PLC 281/09** – Cria bônus de desempenho aos servidores do Dnit.

### CCT

Aprovados 41 projetos de decreto legislativo para concessão de rádios.

São publicadas nesta seção as proposições aprovadas em definitivo em Plenário e nas comissões

## decisões

### Promulgada emenda constitucional dos precatórios

Em sessão solene presidida pelo deputado Marco Maia (PT-RS), vice-presidente da Câmara dos Deputados, o Congresso promulgou na quarta-feira a Emenda Constitucional 62/09, que altera as regras para pagamento dos precatórios, ou seja, as dívidas judiciais da União, dos estados e dos municípios.

A emenda cria um regime especial segundo o qual a quitação dos precatórios alimentares e de menor valor terá prioridade sobre os demais. O texto promulgado também obriga os municípios a destinarem entre 1% e 1,5% de suas receitas correntes líquidas para o pagamento dessas

dívidas. Esse percentual, para os estados, fica entre 1,5% e 2%. A emenda estabelece ainda que os valores das dívidas sofrerão atualização monetária de acordo com as regras da caderneta de poupança.

Segundo a nova norma, 50% dos precatórios serão pagos conforme ordem cronológica e à vista. A outra metade da dívida deverá ser quitada por meio de leilões, onde o credor que conceder o maior desconto sobre o total da dívida a receber terá seu crédito quitado primeiro. Também estão previstos pagamentos por ordem crescente de débito ou por conciliação entre as partes.

### Regras da Lei de Responsabilidade Fiscal podem mudar

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou alteração na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) para evitar a interrupção de obras já iniciadas. O projeto (PLS 350/09), de João Vicente Claudino (PTB-PI), é relatado por Valdir Raupp (PMDB-RO). O texto torna permanente um dispositivo da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2010, além de estender às transferências de estados para municípios a mesma regra aplicada às transferências feitas pela União.

O parecer de Raupp também incorporou emenda aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), pela qual a demonstração do cumprimento das exigências para a realização de transferência voluntária deverá ser feita na assinatura do convênio, e não nas liberações de recursos.

### Aplicação da LRF em 2009 deve ser flexibilizada

Projeto de César Borges (PR-BA) que flexibiliza a aplicação da LRF para o exercício financeiro de 2009 também foi aprovado pela CAE. A medida beneficia diretamente as prefeituras que estão enfrentando problemas para cumprir as metas de controle do endividamento e dos gastos.

A proposta (PLS 450/09) agora vai a Plenário, com pedido de urgência também aprovado pela CAE. O texto foi sugerido pela Confederação Nacional de Municípios como alternativa para minimizar as dificuldades enfrentadas pelas prefeituras devido à crise mundial deflagrada no ano passado. Segundo César Borges, o projeto não vai liberar a "gastança", mas ajudar os municípios e seus gestores diante da queda das receitas.



Autonomia do BC gerou polêmica, mas acabou prevalecendo acordo que prevê o exame da matéria também pela CAE

## CCJ aprova mudanças no sistema financeiro

Autonomia para o Banco Central e tratamento isonômico entre instituições públicas e privadas estão previstos em reestruturação aprovada pela CCJ

Proposta que reestrutura o Sistema Financeiro Nacional foi aprovada na quarta-feira pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Por acordo, a CCJ acolheu a matéria sob o aspecto de sua constitucionalidade, ficando o mérito a ser analisado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O entendimento também prevê que, caso a CAE modifique a proposta, o texto retornará à Comissão de Justiça para novo exame da constitucionalidade.

Na discussão do substitutivo, Arthur Virgílio afirmou que a

reforma do Sistema Financeiro Nacional e a autonomia do Banco Central (BC) é um "passo que terá que ser dado".

Para o senador, a aprovação do projeto será "um atestado de maioria que o Congresso passará para a economia brasileira".

Renato Casagrande (PSB-ES) afirmou que, politicamente, a matéria merece um debate maior "com relação à visão que se deve ter do Banco Central brasileiro".

José Agripino (DEM-RN) defendeu para o presidente do

Banco Central mandato não coincidente com o do presidente da República.

### Equiparação

O texto prevê para as instituições financeiras públicas tratamento semelhante ao dado às instituições privadas e considera as administradoras de cartão de crédito instituições financeiras. Outra inovação é a criação de taxa de fiscalização a ser paga pelas instituições ao BC para custear as atividades de fiscalização e supervisão do Sistema Financeiro Nacional.

### Autorizada recriação da Previc para fiscalizar fundos de pensão

A recriação da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), autarquia vinculada ao Ministério da Previdência e Assistência Social, foi aprovada na quarta-feira, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O projeto (PLC 136/09) assegura à Previc autonomia financeira e administrativa para fiscalizar e supervisionar as atividades dos fundos fechados

de previdência. A entidade terá como principal fonte de receita uma taxa a ser cobrada dos próprios fundos de pensão – a Taxa de Fiscalização e Controle da Previdência Complementar (Tafic). O recolhimento será quadrimestral e terá 17 faixas de valor, que irão variar de acordo com o volume dos recursos garantidores por plano de benefícios (VGR) administrado pelos fundos.

### Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência

As comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) aprovaram projeto de lei da Câmara (PLC 06/09) que reestrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência e trata da prevenção e da repressão às infrações contra a ordem econômica. Entre as inovações propostas, está o controle prévio das fusões e das aquisições de empresas que possam levar à concentração econômica.

Segundo o relator da matéria na CCJ, Romero Jucá (PMDB-RR), "a adoção do controle prévio dos atos de concentração econômica coloca o Brasil na linha da experiência internacional e impede a ocorrência de prejuízos econômicos resultantes de desfazimento de união empresarial já concluída pelas empresas participantes do ato de concentração econômica". O projeto segue para o Plenário, onde será votado em regime de urgência.

## agora é lei

### Eleitores do Acre vão votar sobre novo horário oficial

O Senado promulgou o Decreto Legislativo 900/09, que convoca referendo para que os eleitores do Acre opinem sobre a mudança no horário oficial do estado, em vigor desde 2008. Há mais de um ano, a diferença do horário do Acre em relação ao de Brasília, que era de menos três horas, foi reduzida para menos duas horas. O novo fuso horário igualou o horário do Acre aos de Amazonas, Rondônia e Roraima. De

acordo com Tião Viana (PT-AC), que propôs a alteração, esse ajuste no horário traz benefícios para o comércio, indústria, bancos, transportes, energia e comunicação, além de ser mais confortável para a população.

Com o decreto, o Tribunal Regional Eleitoral (TRE) vai tomar as medidas necessárias para permitir a realização do referendo, que deverá ocorrer no mesmo dia das próximas eleições.

### PUBLICIDADE ILEGAL

A contratação de publicidade em emissoras de rádio e de televisão ilegais – as chamadas emissoras piratas – poderá passar a ser crime, conforme projeto aprovado pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT). A pena será de detenção de um a dois anos, aumentada da metade desse período se houver dano a terceiros. É a mesma punição prevista para os que operam as emissoras piratas.

### PUBLICIDADE PÚBLICA

Os contratos de publicidade do poder público deverão ser regidos por lei específica. É o que estabelece o PLC 197/09, aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Além da exigência de certificação de qualificação técnica para as agências inscritas na licitação, o projeto proíbe a inclusão dos serviços de assessoria de imprensa, promoção de eventos e relações públicas no contrato firmado por órgão público.

## adolescentes

## Em busca de saídas contra a criminalidade

Projetos em discussão querem penas mais longas e rigorosas para jovens infratores, já que o Estado praticamente não tem obtido sucesso na ressocialização

Dados oficiais do governo federal revelam que, ao final de 2008, mais de 11 mil adolescentes cumpriam medidas socioeducativas de privação de liberdade (que inclui as internações, as internações provisórias e a semiliberdade), por terem cometido graves delitos. O número é 397% maior que o verificado em 1996 (confira no infográfico), mas o crescimento anual de jovens nessa condição tem diminuído.

Se forem considerados também aqueles cujas punições ficaram entre as mais brandas das medidas socioeducativas previstas na Lei 8.069/90, o Estatuto da Criança e do Adolescente (leia o quadro), foram 39.758 em um universo de 25 milhões de brasileiros entre 12 e 18 anos. Ou seja, um em cada 632 adolescentes passou pelo chamado sistema socioeducativo no ano passado.

Há três anos, foi criado o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), cuja meta – ainda longe de ser atingida – é assegurar que, em todo o país, as medidas e ações ressocializadoras previstas no estatuto sejam cumpridas, entre elas a garantia da educação formal nas unidades de internamento e o acesso a atividades culturais, artísticas, esportivas e profissionalizantes.

Iniciativas do governo, do Congresso e da sociedade buscam soluções para que a situação não ganhe dimensões ainda mais dramáticas. Na pauta da Comissão de Direitos Humanos (CDH), o PLS 118/07, de Pedro Simon (PMDB-RS), amplia a duração diária, o período e as instituições em que um jovem infrator poderá cumprir serviços comunitários, mas, principalmente, dobra o período em que um infrator poderá ficar

## Simon propõe investir mais em educação

O PLS 118/07, de Pedro Simon, oferece algumas propostas para melhorar a política de recuperação dos menores infratores, como integrar o setor privado e elevar o período e a quantidade de horas semanais em serviços comunitários prestados pelos jovens. O senador afirma que o governo precisa convencer os jovens de que “o intelecto bem formado, o esporte e a cultura de valores morais superam as ofertas das ruas”. Por isso, Simon propõe que as empresas possam receber menores infratores em seus quadros, dando a eles a oportunidade de cumprir seu período de recuperação ao mesmo tempo em que aprendem uma profissão. E lembra que é muito mais barato para o Estado resolver o problema da delinquência infanto-juvenil pela educação; afinal, o custo de um aluno é muito menor do que o de um preso.

– A marginalidade faz parte de um grande sistema, atrelado ao desemprego e à evasão escolar, e não se resolverá sem atitudes consistentes, honestas e caras, que sequer darão dividendos políticos imediatos a quem as adotar – raciocina o senador.

A parte mais polêmica de sua proposta amplia de três para seis anos o período máximo de internação de um jovem que tenha cometido um “ato infracional” considerado hediondo, mantido o atual teto para os de-



Jovens em Brasília: segundo o Unicef, trajetória educacional de adolescentes em conflito com a lei é, em geral, marcada por repetências e abandono ou evasão escolar

internado que hoje é de, no máximo, três anos (leia reportagem nesta página).

Simon acredita que o Estado não tem obtido sucesso na ressocialização da maioria dos jovens e os números lhe dão razão. No mês passado, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou outro projeto (PLS 202/06) que também aumenta o rigor da punição – direção criticada pelas entidades de defesa dos direitos das crianças. Hoje, por lei, independentemente da infração praticada, o adolescente internado deve ser liberado ao

completar 21 anos, mesmo que não tenha cumprido toda a “pena”. A proposta, de Paulo Paim (PT-RS), prevê que, nesses casos, eles completariam o restante do tempo prestando serviços à comunidade.

Na origem do problema, como é rotina, está a educação – ou melhor, a falta dela. Em seu relatório “Situação da Infância e da Adolescência Brasileiras”, deste ano, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) lembra que “a trajetória educacional dos adolescentes em conflito com a lei é, em

geral, marcada por repetências e situações de abandono e evasão escolar”. Basta ver o caso do estado brasileiro mais populoso, São Paulo, onde se concentram mais de um terço dos que cumprem medidas privativas da liberdade. Segundo informações da Fundação Casa (SP), a antiga Febem, dos 3.050 alunos matriculados em abril de 2008 em suas 131 unidades de internação, apenas 98 cursavam a série adequada à sua idade. Quase 97% dos adolescentes estavam pelo menos um ano atrasados em seus estudos.

## Debate sobre maioria penal está suspenso

A proposta de emenda à Constituição (PEC) que reduz a maioria penal aguarda há meses para ser votada pelo Plenário. Polêmica, passou pela CCJ por só um voto de diferença e defende a redução de 18 para 16 anos somente em caso de prática de crimes hediondos ou graves, como tortura e os que envolvem tráfico de drogas.

– Nos demais crimes conhecidos como leves, mantenho a atual legislação, que prevê penas leves e medidas socioeducativas, com base no Estatuto da Criança e do Adolescente – explica Demostenes Torres (DEM-GO), que foi o relator do substitutivo agregando as diversas PECs sobre o assunto que tramitavam na comissão.

A Constituição, em seu artigo 228, diz que “são penalmente inimputáveis os menores de 18 anos, sujeitos às normas da legislação especial”. Para alguns especialistas, nem uma PEC do Congresso teria poder para mudar isso, por se tratar de garantia individual fundamental. “Alteração, só por uma Assembleia Nacional Constituinte”, avalia Luiz Carlos Vieira de Figueiredo, do Ministério Público de Pernambuco.

O Brasil é signatário da Convenção Internacional dos Direitos da Criança, que considera como tal todo menor de 18 anos. O tratado expressamente proíbe que os di-



Demostenes foi o relator do substitutivo agregando as diversas PECs sobre o assunto

reitos consagrados às crianças pela norma internacional sejam modificados pelas leis internas dos signatários. Assim, para que o Brasil alterasse a maioria penal teria também que renunciar à convenção.

O tema é complicado. A fixação da idade da imputação penal, por si só, não é resultado de um critério científico, mas depende do grau de tolerância de cada nação para determinar a idade penal. Na França, por exemplo, é de 18 anos, mas jovens a partir dos 13 podem ser penalizados. Na Inglaterra, é de 21 para crimes comuns. Tratando-se de crimes hediondos, o infrator é penalizado a partir dos 10 anos. Nos Estados Unidos, em 18 dos 50 estados o jovem que cometer crime grave pode ser responsabilizado a partir dos 14 anos, equiparando-se, nessa condição, àquele que já completou 18 anos, a maioria.

## Penas mais longas e internações por infrações leves preocupam

A privação de liberdade é, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), uma medida breve e excepcional, que só deve ser aplicada no caso de grave ameaça ou violência, além de reincidências contínuas. Não é o que tem sido verificado nos anos recentes. No caso de infrações mais leves, devem ser aplicadas medidas como advertência, obrigação de reparar o dano e prestação de serviços à comunidade.

Entidades como a Frente Parlamentar pelos Direitos da Criança e do Adolescente afirmam que, na verdade, muitos meninos acabam internados por crimes leves, como furtos e ameaças. De 2006 para 2008, mais 1.255 menores estavam internados no sistema socioeducativo. Esse dado, associado ao fato de que de 2007 para 2008 a variação foi de apenas 281 adolescentes a mais, levanta a possibilidade de que os juizados estejam dando penas mais longas.

– Deve merecer atenção uma investigação sobre o tempo médio de permanência no cumprimento dessa medida [socioeducativa]. A hipótese é que esse tempo está aumentando em função dos diversos apelos sociais de recrudescimento do estatuto – avalia o Levantamento Nacional do Atendi-

mento Socioeducativo ao Adolescente em Conflito com a Lei (2008).

Como alerta o site Criança no Parlamento, que monitora todos os projetos que tentem mudar a legislação sobre direitos dos menores, “aumentar o tempo de internação do jovem em conflito com a lei não resolve o problema, apenas o afasta do convívio familiar e comunitário”.

Para o advogado Luiz Carlos Vieira de Figueiredo, autor do livro *Temas de direito da criança e do adolescente*, o sistema vigente já prevê diversas medidas capazes de assegurar a ressocialização do adolescente infrator. O que está em jogo é assegurar a boa qualidade na execução dessas medidas, por isso ele condena as tentativas de redução da maioria penal, lembrando que, atualmente, 70% dos países do mundo adotam 18 anos como patamar.

– O sistema jurídico direcionado aos jovens deve sempre visar efeitos pedagógicos e garantir que eles não tornem a delinquir, não fazendo sentido a simples punição pela punição. Se a análise for feita para se saber o que o legislador objetiva com a mudança na lei, chega-se à conclusão de que nada adiantará reduzir a idade de imputação para 16 anos ou para qualquer idade.

## Do “puxão de orelha” à internação

O Estatuto da Criança e do Adolescente prevê uma série de medidas socioeducativas para os menores infratores, que são aplicadas pelo juiz considerando fatores como a gravidade do ato e a reincidência, entre outros.

## Advertência

O juiz normalmente conversa com o adolescente sobre os atos cometidos e produz um documento sobre o ocorrido.

## Restauração do dano

O juiz poderá determinar, se for o caso, que o adolescente restitua o objeto, promova o ressarcimento do dano ou compense o prejuízo da vítima.

## Prestação de serviços à comunidade

O infrator tem que realizar diversas tarefas gratuitas de interesse geral, por período não excedente a seis meses, junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos congêneres, bem como em programas comunitários ou governamentais.

## Liberdade assistida

O adolescente e sua família serão acompanhados por um profissional por, no mínimo, seis meses. Nesse período, se necessário, eles poderão ser inseridos em projetos sociais e o adolescente terá sua frequência e rendimento escolar acompanhados, além de receber incentivo para o ingresso no mercado de trabalho formal, caso sua idade seja compatível.

## Semiliberdade

Pode ser determinada desde o início ou como transição para o meio aberto, possibilitada a realização de atividades externas, independentemente de autorização judicial. Não há prazo determinado de duração para essa medida, cabendo à autoridade judicial avaliar cada caso.

## Internação

Só deve ser aplicada mediante a prática de atos infracionais graves, por um período máximo de três anos, após o qual o adolescente deverá ser liberado, colocado em regime de semiliberdade ou de liberdade assistida.

## Onze mil adolescentes estão atrás das grades

O mais recente Levantamento Nacional do Atendimento Socioeducativo ao Adolescente em Conflito com a Lei, realizado pela Secretaria Nacional dos Direitos Humanos (SEDH) a cada biênio, mostrou que, ao final de 2008, o número de internos no sistema era de 16.868 adolescentes, sendo 11.734 na internação, 3.715 na internação provisória e 1.419 na semiliberdade. O número é 397% maior do que o verificado em 1996 (confira no infográfico).

A taxa de crescimento absoluto de 2007 para 2008 foi considerada pequena (2,17%), já que a elevação chegou a 28% no período 2002-2006, e foi de 4,41% de

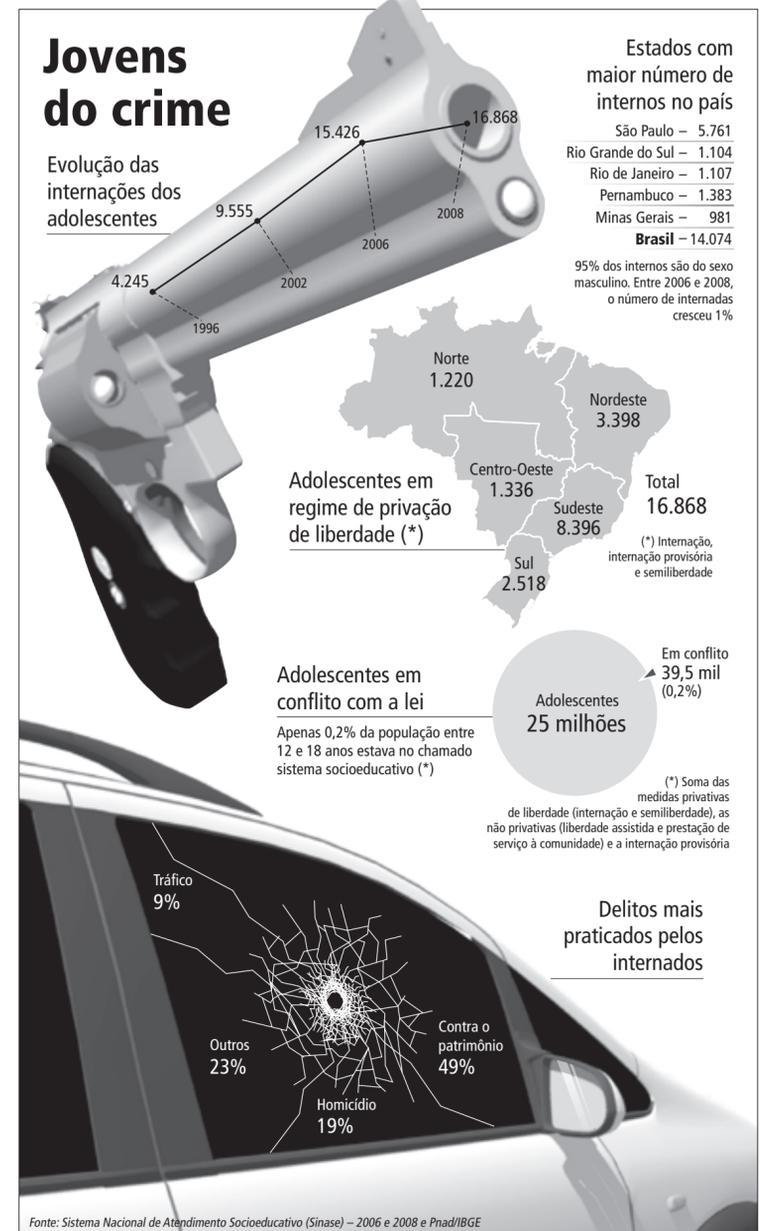
2006 para 2007. Esses valores são chamados de absolutos porque não consideram a taxa de crescimento dessa faixa etária entre a população brasileira. Menos de 0,2% dos brasileiros entre 12 e 18 anos estiveram no sistema socioeducativo.

Outro ponto que merece destaque no documento é que o número de adolescentes em semiliberdade aumentou, passando de 1.214 em 2007 para 1.419 no período da pesquisa (2008). Também é possível observar uma queda na internação provisória, que passou de 3.852 (2007) para 3.715 (2008). Indicadores do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

(Ipea) mostram que somente 20% das infrações cometidas por adolescentes referem-se a homicídios ou latrocínios (roubo seguido de morte).

Segundo levantamento nacional sobre o atendimento institucional de adolescentes em conflito com a lei, publicado pelo Ipea em 2003, 51% dos adolescentes que cumpriam privação de liberdade (a mais severa das medidas socioeducativas) estavam fora da escola quando cometeram as infrações.

Na Fundação Casa (SP), responsável por 5.761 jovens ao final de 2008, apesar de a maioria (76%) ter idade suficiente para cursar o Ensino Médio, quase 90% não haviam concluído o Ensino Fundamental e cerca de 6% eram analfabetos.



# Estudo mostra gastos do Congresso na média mundial

Consultoria do Senado usa critérios novos e amplia base de comparações em relação a levantamento feito em julho pela ONG Transparência Brasil

Estudo do consultor legislativo do Senado Marcos Mendes, com dados de 18 países, demonstra que o Congresso Nacional do Brasil tem gastos proporcionais aos de seus congêneres mundo afora. Nosso Parlamento custa 13,73 dólares *per capita* por ano, enquanto a média mundial apurada foi de 12,27 dólares. Acima da média, como o Brasil, ficaram França, Estados Unidos e Itália, entre outros (confira gráfico abaixo).

O trabalho levou em consideração, entre outras variáveis, a população, o poder de compra do dólar, o sistema de governo (parlamentarismo ou presidencialismo) ou o tipo de parlamento (bicameral ou unicameral).

A pesquisa foi feita depois de a organização não governamental Transparência Brasil divulgar, em julho deste ano, levantamento com oito países apontando que "os congressistas brasileiros são os que mais pesam no bolso do contribuinte". O estudo cita ainda outro levantamento, realizado em 2007, que coloca o Brasil como o segundo parlamento mais caro entre 12 países analisados (leia mais na página 9).

## Diretor da entidade criticou estudo da consultoria do Senado

Os números permitem concluir que os gastos do Legislativo nacional situam-se na média ou um pouco acima da média internacional, ao contrário da afirmação da Transparência Brasil, segundo a qual o gasto estaria cinco ou seis vezes acima da média internacional – afirma o economista Marcos Mendes, que desenvolveu a pesquisa para o Centro de Altos Estudos da Consultoria Legislativa do Senado (veja os quadros).

Para chegar às conclusões, Mendes, em primeiro lugar, procurou ampliar a base de comparação, obtendo dados de 17 países. Ainda que tenha aumentado a base de comparação, o pesquisador do Senado enfatiza que o estudo é preliminar; para permitir conclusões mais robustas, dados de outros países estão sendo coletados.

Além de ter usado um número de países menor, a Transparência Brasil é criticada por Marcos Mendes por não ter analisado se os gastos dos parlamentos são parecidos e se permitem tal comparação.

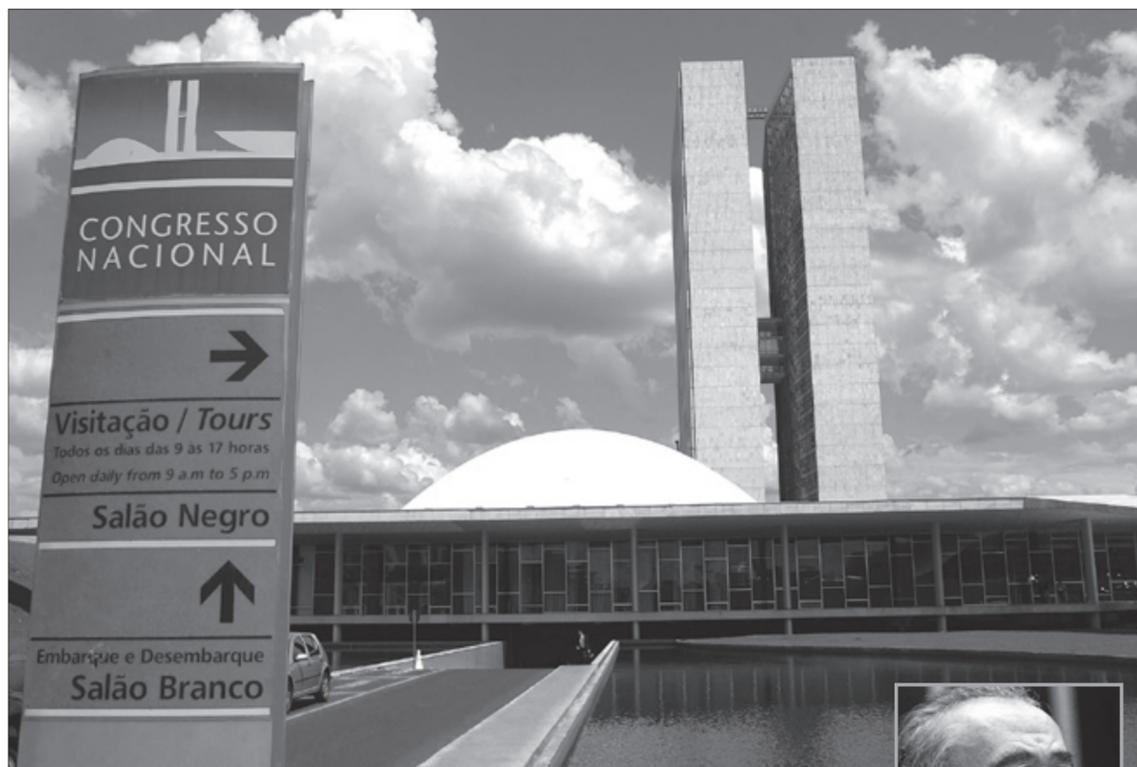
Aparentemente, a Transparência Brasil não tomou o cuidado de verificar se as despesas de cada

parlamento são comparáveis entre si. Cada país tem uma realidade institucional e uma forma de organização distinta – explica Mendes, referindo-se, por exemplo, às diferentes atribuições dos legislativos em contexto específico.

## Distorções geradas por comparações equivocadas

A entidade, segundo o consultor, que é doutor em Economia pela Universidade de São Paulo (USP), fez comparações que levariam a distorções. A relação entre a despesa do legislativo e o produto interno bruto (PIB) ou o PIB *per capita*, por exemplo, tende a ser mais elevada para países mais pobres. Mendes também critica a comparação da remuneração dos parlamentares com o salário mínimo de cada país e o uso da taxa de câmbio de um único dia (o que poderia levar ao risco de subestimação ou superestimação da despesa do Congresso).

Certamente há espaço para controle de gastos, mas a situação brasileira, em comparação ao contexto internacional, quando adequadamente analisada, está longe de constituir um disparate ou de ser um gasto cinco ou seis vezes maior que o de outros países, como fazem crer os estudos da Transparência Brasil – conclui o consultor.



As despesas com aposentados e pensionistas consumiram um quarto de todo o Orçamento do Congresso Nacional no ano passado

## Aposentadorias podem distorcer comparação, avalia consultor

Um dos pontos de maior divergência entre os estudos da Transparência Brasil e de Marcos Mendes é o tratamento às despesas do Congresso com a previdência de aposentados e pensionistas. Enquanto a ONG inclui esses gastos, que correspondem a um quarto de tudo o que o Congresso consumiu em 2008 (veja abaixo), o consultor considera que eles não devem ser levados em consideração.

– Não é usual que os parlamentos incluam em seus orçamentos o pagamento de aposentadorias e pensões de seus funcionários. É importante excluir esses gastos porque esse tipo de despesa decorre de decisões tomadas no passado e, portanto, não pode ser eliminado em uma reforma administrativa ou em uma iniciativa de corte de despesas – avalia Mendes.

Sem as despesas previdenciárias, o Brasil sai de uma posição de gasto acima da média, como apurado pela Transparência Brasil, para uma posição de gasto muito próxima à média mundial. Pelo estudo do consultor legislativo, o Brasil passa a apresentar excesso de gastos inferior a Itália, Estados Unidos, França e Grécia e, na maioria das estimativas feitas por Mendes, menos de 2% superior à média dos outros 17 países analisados.

## Despesas da Câmara e do Senado em 2008

Tipo de gasto	Câmara dos Deputados	%	Senado Federal	%
Aposentadorias e pensões	R\$ 756.188.369	23%	R\$ 685.656.403	25%
Despesa corrente	R\$ 2.322.716.926	71%	R\$ 1.857.845.225	67%
Exercícios anteriores	R\$ 149.207.288	5%	R\$ 208.107.575	8%
Investimento	R\$ 53.215.341	2%	R\$ 19.292.587	1%
Total	R\$ 3.281.327.923	100%	R\$ 2.770.901.789	100%
Total geral	R\$ 6.052.229.712			

Fonte: Sifafi, Sistema Siga Brasil, Senado Federal

## Criado em 2008, centro realiza pesquisas e estudos

Criado em 2008, o Centro de Altos Estudos da Consultoria Legislativa do Senado desenvolve estudos e eventos sobre temas de interesse legislativo em áreas como economia, direito, orçamento, contas públicas, esportes, educação e meio ambiente.

Se nas consultorias de Orçamento e Legislativa – onde, em 30 áreas temáticas, estão os profissionais do Senado mais capacitados para lidar com essas questões – são produzidos pareceres, projetos de lei e notas técnicas sobre assuntos específicos, no Centro de Altos Estudos, até três desses profissionais podem, simultaneamente, aprofundar-se em temas de sua especialidade que têm relação com questões institucionais em debate no Congresso.

Os consultores apresentam propostas de pesquisa que são avaliadas pelo Conselho Científico do Centro, formado por cinco consultores legislativos. Desde que foi implantado, o centro já publicou 66 textos para discussão e realizou 18 seminários sobre temas diversos.

[www.senado.gov.br/conleg/centroaltosestudos1.html](http://www.senado.gov.br/conleg/centroaltosestudos1.html)



Heráclito Fortes, 1º secretário do Senado: meta é cortar despesas

## Segundo ONG, Legislativo brasileiro seria o segundo mais caro

Em junho de 2007, jornais de todo o país publicaram o resultado de um levantamento realizado pela ONG Transparência Brasil com dados sobre parlamentos de 12 países: com exceção do Congresso dos Estados Unidos, o brasileiro seria o mais caro. A ONG ainda comparou os gastos com o PIB *per capita* e o salário mínimo em cada país, o que levou o custo do Legislativo nacional ao primeiro lugar no ranking produzido.

– Ou seja, a população brasileira é a que mais paga para manter o Congresso entre todos os países examinados – afirmou a Transparência Brasil com base nesse estudo, que levou em conta dados de Alemanha, Argentina, Canadá, Chile, Espanha, Estados Unidos, França, Grã-Bretanha, Itália, México e Portugal.

Porém, tomando por base a população de cada país, o custo do Legislativo brasileiro cai para a terceira posição, atrás de Itália e França.

O estudo também calculou que o custo

## Senado já economizou R\$ 160 milhões este ano

De acordo com dados do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi), até novembro de 2009 o Senado economizou R\$ 160 milhões em relação ao despendido no mesmo período de 2008. No ano passado, até novembro, o Senado havia gastado R\$ 2,247 bilhões e, este ano, a cifra, de acordo com o levantamento da Consultoria de Orçamento da Casa, chega a R\$ 2,087 bilhões.

A economia é fruto de diversas medidas administrativas tomadas pela Casa, determinadas pelo presidente do Senado, José Sarney, e pelo 1º secretário, Heráclito Fortes (DEM-PI), desde o início do ano.

Heráclito destaca, entre as medidas que permitiram a economia, as novas regras para uso da verba indenizatória dos senadores, das cotas de passagens aéreas, de telefones fixos e celulares e de material gráfico nos gabinetes em Brasília e nos estados.

Também houve em 2009 um corte de 25% nas despesas de saúde, cortes nas gratificações de servidores que participam de comissões internas, recadastramento de funcionários e nova sistemática de registro de horas extras. Somente esta última, afirmou He-

ráclito, já levou a uma economia de R\$ 600 mil reais com relação a abril de 2009, quando o novo sistema foi implantado.

Em função dessas medidas, o 1º secretário registrou que este ano, de forma quase inédita, o Senado não solicitou crédito suplementar e ainda estima que devolverá ao Tesouro Nacional pelo menos R\$ 90 milhões ao final do ano.

Medida importante também adotada em 2009 foi uma nova sistemática de compras e contratações, com ampliação do uso do pregão eletrônico, por meio do sistema Comprasnet, que, no Executivo, já demonstrou ser capaz de reduzir substancialmente os valores gastos.

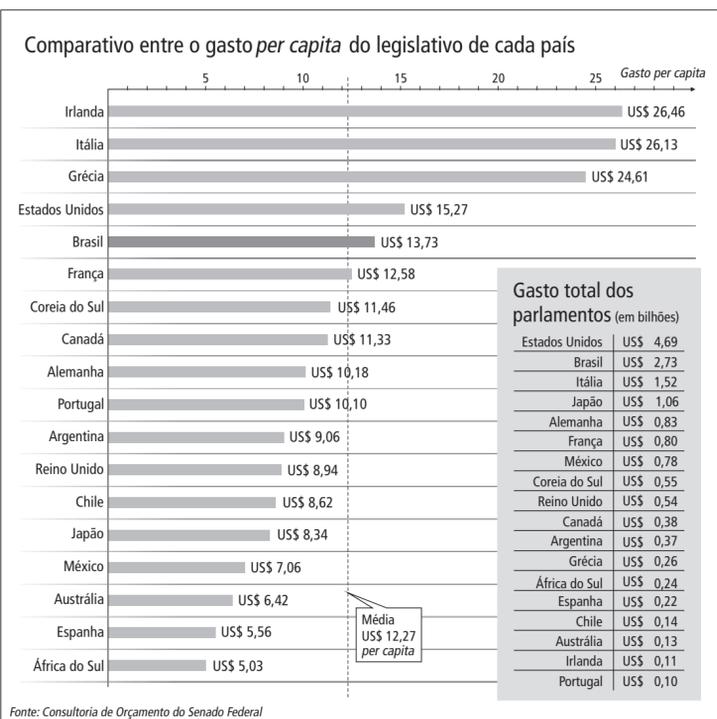
O Senado espera ainda pela reforma administrativa anunciada por Sarney. Realizada com apoio da Fundação Getúlio Vargas, estima-se que a iniciativa reduza de 181 para sete os cargos de direção, diminuindo em 43%

os cargos de chefia e assessoramento. Calcula-se que, depois de implementada, essa reforma possa levar a uma economia de R\$ 376,4 milhões por ano.

– O esforço de redução continua e deve ser reforçado com a mudança na estrutura administrativa – afirma o consultor da Diretoria-Geral do Senado Dirceu Teixeira Matos.

A proposta que está sendo analisada pelos senadores prevê ainda um limite de 25 cargos de confiança que podem ser contratados por gabinete de senador, a ser implantado a partir de 2011.

Outra meta definida por Heráclito é cortar em 30% o valor dos contratos de terceirização de mão de obra. No caso dos serviços de vigilância, a expectativa é uma redução de R\$ 12 milhões para R\$ 8,6 milhões. Já os contratos para serviços de limpeza giram em torno de R\$ 16 milhões.



Fonte: Consultoria de Orçamento do Senado Federal



Casamento coletivo em cartório de Brasília: prazos entre separação e divórcio são vistos pela maioria dos parlamentares como transtornos para casal já abalado emocionalmente

# Fim da burocracia para o divórcio perto de virar lei

O Senado aprovou na semana passada, em primeiro turno de votação, uma proposta de emenda à Constituição (PEC 28/09) que acaba com a exigência de um ano de separação judicial ou da comprovação de dois anos de separação de fato para a obtenção do divórcio. Na prática, a mudança vai acabar com a figura da separação judicial, reduzir o tempo para a dissolução do casamento e permitir a realização imediata de uma nova união legal. A proposta, que ainda precisa passar por uma segunda votação no Plenário antes de ser promulgada, altera o artigo 226 da

Constituição para permitir a concessão do divórcio sem qualquer exigência. O texto é um substitutivo da Câmara dos Deputados a duas propostas apresentadas pelos deputados Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ) e Sérgio Barradas Carneiro (PT-BA). A PEC teve o apoio da ampla maioria dos senadores – 54 votaram a favor, 3 contra e 2 se abstiveram – e há um acordo de lideranças para a realização da segunda votação antes do fim deste ano. A PEC só deve ir a exame em uma sessão com quórum elevado, já que são necessários 49 votos para a sua aprovação.

## Marcelo Crivella acredita que proposta banaliza o casamento

Assim como ocorreu na Câmara, os senadores divergiram quanto aos resultados da mudança na legislação sobre o divórcio. Para Marcelo Crivella (PRB-RJ), os prazos exigidos hoje para concessão do divórcio têm um papel educativo.

– Esse prazo leva à reflexão e permite que a decisão por impulso, no calor das divergências, possa ser reavaliada e amadurecida. Sem o prazo, a pessoa casa-se novamente, também por impulso, sem tempo para repensar, e as consequências serão desastrosas, especialmente para os filhos – afirma Crivella.

Na opinião do senador, a PEC acaba com o papel conciliador do juiz, que muitas vezes reverte a separação nas audiências de reconciliação, e “banaliza o casamento”, indo contra as políticas públicas.

– Num tempo em que a sociedade enfrenta altos índices de violência e criminalidade, não é hora de incentivar o desfazimento dos lares. Por outro lado, se pudermos dissolver o casamento de um dia para o outro, estaremos colocando as mulheres, a parte mais frágil, numa situação de insegurança. Essa lei vai contra a fé e os princípios cristãos – avalia.

A maioria dos parlamentares, no entanto, acredita que é preciso facilitar os trâmites para os que decidem acabar com o casamento. Para o relator da matéria na CCJ, Demostenes Torres (DEM-GO), há uma demanda da sociedade pelo fim da burocracia no divórcio.

O senador argumenta que não há razões para impedir as dissoluções de casamentos civis por meio do divórcio direto, uma vez que a própria

GERALDO MANGELA



Marcelo Crivella é contra o fim dos prazos para o divórcio. Demostenes Torres e Romero Jucá fazem parte da maioria favorável à PEC

JOSE CRUZ



GERALDO MANGELA



lei admite as sociedades conjugais, ou seja, as uniões estáveis, que sempre puderam ser desfeitas de acordo com a vontade dos companheiros.

– A sociedade brasileira é madura para decidir a própria vida e as pessoas não se separam ou divorciam apenas porque existem esses institutos. Portanto, não é a existência

do instituto do divórcio que desfaz casamentos, nem a imposição de prazos que impedirá – argumenta Demostenes, para quem os divórcios e as separações não são estimulados nem impedidos por força da lei.

O líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), disse que a proposta foi apelidada de “PEC do Amor”, já que

permite a realização imediata de um novo casamento depois da separação. Já Arthur Virgílio (PSDB-AM) elogiou a proposta, que, a seu ver, aperfeiçoa o Direito de Família.

– A mudança será recebida com muita felicidade por pessoas que querem legitimar sua união – afirmou.

principalmente, vai reduzir o custo e a espera para o cidadão. Valadares refere-se à rotina processual, em que a homologação da separação fica no arquivo por um ano. Depois disso, é preciso requerer o desarquivamento e pedir a conversão da separação em divórcio. Como o único requisito verificado é o cumprimento do prazo, o Judiciário funciona na segunda ação como um “mero” contador de tempo. O cidadão, por sua vez, além do desgaste emocional da espera, ainda paga por duas ações distintas. Quando ele vive em cidade diferente de onde casou, o transtorno é ainda maior.

## Religiosos criticam, mas entidades de advogados e magistrados defendem a mudança

Para o Instituto Brasileiro de Direito de Família (Ibdfam), a aprovação da PEC vai economizar tempo e dinheiro para os cônjuges, reduzir os conflitos familiares e desafogar o Judiciário. Mais do que isso, significará a redução da interferência do Estado na vida privada.

– O divórcio direto demonstra o amadurecimento da sociedade brasileira, que conquista mais liberdade e, ao mesmo tempo, assume a responsabilidade por suas escolhas pessoais. Devem se tranquilizar aqueles que temem que esse seja um passo a mais para destruir e desorganizar as famílias. A família é

indestrutível. Ela foi, é e continuará sendo o núcleo básico e essencial da formação e estruturação dos sujeitos e, conseqüentemente, do Estado – avalia o presidente do instituto, Rodrigo da Cunha Pereira.

Em relação aos temores, existentes desde a implantação do divórcio no Brasil em 1977, de que os filhos, especialmente as crianças e os adolescentes, seriam afetados negativamente pela dissolução do vínculo conjugal, Cunha Pereira rebate:

– Na verdade, problemáticos são os filhos de pais que brigam e que mantêm o litígio inclusive pelas vias judiciais. O fim de um casamento

não isenta ninguém de responsabilidade, sobretudo em relação a crianças e adolescentes. O importante é garantir às crianças o direito a uma família, onde possam experimentar uma relação afetiva.

O vice-presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), dom Luiz Soares Vieira, entende que pode haver a banalização do casamento. Para o presidente da entidade, dom Geraldo Lyrio Rocha, o projeto “é secundário já que, para a igreja, o divórcio não é permitido de forma alguma”.

Já o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Cezar

Britto, avalia que não há motivo para esperar pelo divórcio.

– O vínculo que deve manter as pessoas juntas é o do amor, e não o do contrato. Se as pessoas quiserem voltar a conviver, poderão fazê-lo, pois assim como o contrato não serviu para segurá-las, não irá perpetuar uma separação – opinou.

Essa é também a opinião do juiz Mozart Valadares, presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB).

– Não tem sentido a espera para regularizar uma situação que já foi amadurecida. A mudança vai facilitar a vida do promotor e do juiz e,

## Número de divórcios bate recorde em 2008

Em 2008 foram concedidos 188 mil divórcios no país, segundo dados divulgados em novembro pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), um recorde que confirma a tendência observada desde 1984 (veja infografia ao lado).

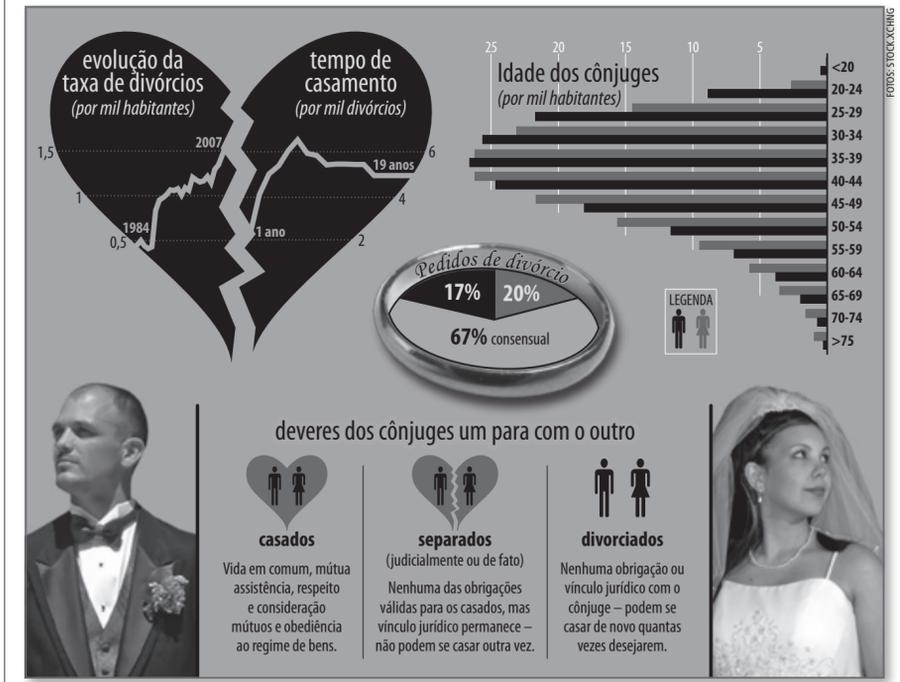
O levantamento revela que, entre a população com 20 anos ou mais, enquanto o índice de separações foi de 0,8 por mil em 2008, igual ao apurado em 2004, o de divórcios subiu para 1,5 por mil, o maior já registrado.

Em 2008, os homens se divorciaram, em média, aos 43 anos e as mulheres, aos 40 anos. Em 88,7% dos divórcios que envolviam filhos menores, a responsabilidade pelas crianças ficou com a mulher.

Já o casamento também continua em alta no Brasil. De acordo com o IBGE, o total de casamentos registrados no país aumentou 4,5% entre 2007 e 2008. O instituto credita esse aumento à melhoria dos serviços de registro civil, à maior procura pela formalização das uniões consensuais, incentivada pelo novo Código Civil, e às ofertas de casamentos coletivos.

## Acesso à Justiça faz aumentar números, diz IBGE

O aumento do número de divórcios no país deve-se à ampliação do acesso à Justiça, às facilidades oferecidas para a legalização das separações e à maior aceitação cultural, afirma o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística



Fonte: IBGE, Código Civil e Constituição Federal

## Segunda união só foi liberada em 1977

Entre as proclamações da Independência e da República (1822-1899), o Brasil obedeceu às regras sobre o casamento definidas pela Igreja Católica, que proibiam a união de pessoas de religiões diferentes e o divórcio e permitiam apenas a “separação pessoal”. Um decreto de 1861, porém, atribuiu à autoridade civil a competência sobre os casamentos entre pessoas de religiões diferentes.

Proclamada a República, veio a separação entre Igreja e Estado e, conseqüentemente, a necessidade de o Estado regular os casamentos. Decreto de 1890 obrigava a realização do casamento civil antes das cerimônias religiosas. Foi

**Hoje, brasileiro pode se casar quantas vezes quiser**

introduziu a figura do desquite, amigável ou judicial. O desquite autorizava a separação e regularizava a questão dos bens, sem, no entanto, desfazer o vínculo matrimonial, ou seja, as pessoas não podiam se casar de novo. Só se podia pedir o desquite em caso de adultério, tentativa de morte, agressão ou injúria grave, abandono voluntário do lar ou mútuo consentimento.

Embora o desquite resolvesse de algum modo a necessidade dos que precisavam se separar, começava a longa temporada de preconceito contra os “desquitados”, especialmente as mulheres, impedidos de retomar a vida conjugal sob a proteção da lei.

As constituições de 1934, 1937, 1946 e 1967 consagraram o princípio da indissolubilidade do casamento, e não deram resultado as tentativas feitas para mudar a legislação, ainda que por vias indiretas.

Em 1969, a Constituição outorgada pelos militares admitiu, pela primeira vez, o fim do casamento, desde que emenda constitucional nesse sentido fosse aprovada por dois terços dos senadores e deputados. Em 1975 foi feita

uma tentativa, mas, apesar de obter a maioria de votos, a proposta não atingiu os dois terços constitucionais.

O divórcio foi instituído pela PEC 9/77, apresentada pelo ex-senador Nelson Carneiro (RJ). A inovação permitia extinguir por inteiro os vínculos do casamento e autorizava o divorciado a se casar novamente uma única vez. Ainda assim, houve fortes reações e grande polêmica à época.

Com a Constituição de 1988 e a Lei 7.841/89, os cidadãos passaram a ter o direito de se casar quantas vezes desejarem, desde que cumprido o prazo de um ano de separação

judicial ou comprovada separação de fato por mais de dois anos. A Carta, regulamentada pelo Código Civil, também passou a reconhecer outras formas de união familiar, como a união estável.

Em 2007, com a Lei 11.441, passou a ser possível aos cônjuges sem filhos menores ou incapazes requererem o divórcio e a separação consensuais por via administrativa, sem a necessidade de ação judicial, bastando ir a um cartório, assistidos por um advogado, e apresentar o pedido.

Fonte: Instituto Brasileiro de Direito de Família (Ibdfam).



Nelson Carneiro, autor da lei que permitiu um novo casamento, é o “pai do divórcio” no Brasil

SEÇÃO DE DOCUMENTOS AUDIOVISUAIS/CEI

## Europa registra duas separações por minuto

Segundo a Comissão Estatística da União Europeia (Eurostat), o divórcio existe em todos os países da comunidade, exceto Malta. A lei mais antiga é a da Islândia, onde é possível se divorciar desde o século 16. Na França, o divórcio foi introduzido em 1791, enquanto na maioria dos demais países a legislação data do século 19. Já Irlanda, Itália, Portugal, Espanha e Escócia só admitiram o divórcio no século 20.

Em toda a Europa a decisão sobre o divórcio cabe ao Judiciário, embora já haja permissão

para registro civil dos divórcios consensuais, sem a interferência da Justiça, em vários países, incluindo Portugal, que criou, em 2008, a figura do “divórcio na hora”, via internet.

Em 15 países europeus, entre eles França, Alemanha, Itália, Espanha e Inglaterra, é exigido o cumprimento de um tempo mínimo de separação para o divórcio. Outros sete países, entre eles a Noruega, exigem garantias para os filhos, inclusive financeiras, antes do divórcio.

O Instituto de Política da Fa-

mília estima um casamento dissolvido a cada 30 segundos na Europa. O estudo, citado pelo jornal espanhol *El Mundo*, aponta quase 1 milhão de divórcios por ano no continente, 50% a mais do que em 1980.

Nos Estados Unidos, não é exigido prazo de separação antes do divórcio. Embora haja leis específicas em cada estado, não é exigida a intermediação de advogado nos divórcios consensuais. Segundo o US Census Bureau, metade dos casamentos acaba em divórcio no país.

debates

# Senadores reagem à repressão policial no DF

Adelmir Santana fez questão de se dissociar das acusações de corrupção do governo Arruda e Pedro Simon incentivou estudantes a manter protestos

O confronto entre policiais e manifestantes durante protesto contra a corrupção ocorrido na semana passada em Brasília foram tema dos discursos de Adelmir Santana (DEM-DF) e Pedro Simon (PMDB-RS) na sexta-feira.

Adelmir fez questão de se dissociar das acusações de corrupção que pesam sobre o governo do Distrito Federal e parlamentares locais, dizendo que não há qualquer mácula em sua atuação política. Ele apontou divergências entre as posições do partido Democratas nos planos nacional e local.

– Temos como vice-governador

Paulo Octávio, presidente regional do partido, e ao mesmo tempo os democratas agem [conforme nota da liderança no Senado] de forma implacável com relação à suspeita de corrupção – assinalou.

O senador disse que os componentes do DEM sentem-se vulneráveis pelo comprometimento do partido com o governo Arruda. Para Adelmir, essa dissonância não é produtiva do ponto de vista das eleições e do futuro da gestão da cidade de Brasília. Ele disse que é fundamental separar a crise política da administração de Brasília, que se aproxima de seu aniversário de 50 anos.

Na avaliação de Pedro Simon, os estudantes devem continuar saindo às ruas para protestar, de forma pacífica, contra a corrupção em Brasília. Para ele, “a brutal” reação da Polícia Militar, que usou até a cavalaria para dissolver a manifestação dos estudantes em frente ao Palácio do Buriti, não deve assustar os estudantes.

Simon estranhou a ausência nos protestos da União Nacional dos Estudantes (UNE) e da militância da Central Única dos Trabalhadores (CUT). O senador também pediu o afastamento do comandante da Polícia Militar do Distrito Federal.

A cobertura completa dos debates das comissões registradas abaixo está disponível em [www.senado.gov.br/jornal](http://www.senado.gov.br/jornal).



GERALDO MAGELA

Foi instalada quarta-feira a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do MST, que irá apurar os repasses de recursos de organizações não governamentais ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

O senador Almeida Lima (PMDB-SE) será o presidente do colegiado, que terá como vice-presidente o deputado Onyx Lorenzoni (DEM-RS) e como relator o deputado Jilmar Tatto (PT-SP). O plano de trabalho da comissão deverá ser apresentado na quarta-feira. Criada por

requerimento da senadora Kátia Abreu (DEM-TO), o colegiado reúne 27 senadores (14 titulares e 13 suplentes) e 30 deputados (16 titulares e 14 suplentes).

Ao ser empossado, Almeida Lima (na foto, à direita, ao lado de Jilmar Tatto) disse que o seu comportamento na condução dos trabalhos da comissão “será o comportamento republicano daquele que deseja cumprir as normas legalmente estabelecidas e fazer cumprir os objetivos das instituições do Estado”.

## TARIFA ELÉTRICA

O diretor-geral brasileiro de Itaipu, Jorge Samek, previu, em audiência no Senado, tarifas de energia elétrica mais baratas em 2010, em decorrência da valorização do real diante do dólar e da queda no custo da energia. A audiência discutiu também as causas do apagão que em 10 de novembro atingiu 17 estados e o Distrito Federal.

## INSS

A proposta defendida pelo setor empresarial de substituir o recolhimento do INSS sobre a folha de pagamentos por uma contribuição de 0,5% sobre a movimentação financeira foi criticada pelo ministro da Previdência, José Pimentel, e por representantes da Receita Federal em debate da CCT do Senado e de quatro comissões da Câmara.

## AGÊNCIAS REGULADORAS

A necessidade de mais autonomia técnica e financeira para as agências reguladoras brasileiras foi unanimidade entre os participantes da audiência pública que debateu o projeto (PL 3.337/04) do Poder Executivo que institui a Lei Geral das Agências Reguladoras. A reunião foi a última de 2009 do ciclo de debates sobre desafios estratégicos setoriais da agenda 2009-2015, promovido pela Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI).

## PROFISSÃO DE TEÓLOGO

Diante das divergências surgidas em relação ao projeto (PLS 114/05) que regulamenta a profissão de teólogo, em audiência realizada pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), o relator da matéria, Paulo Paim (PT-RS), previu que a matéria só estará pronta para entrar na pauta da CAS em fevereiro ou março do próximo ano. Na opinião do senador, o tema “é explosivo” e será preciso realizar mais audiências públicas.

## VELHA GUARDA

Para contar a história da velha-guarda da música popular brasileira, nove compositores participaram, na semana passada, de audiência na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). Os compositores querem um regime de aposentadoria especial, além da regulamentação da profissão e do seguro-desemprego. Pedem maior respeito aos direitos autorais e a garantia de divulgação de seus nomes após a veiculação de suas canções.

## CAMINHONEIRO

O vice-presidente da CAS, Paulo Paim (PT-RS), prometeu apresentar uma proposta de Estatuto dos Motoristas em março, quando ocorrerá a oitava reunião do ciclo de audiências sobre as condições de trabalho desses profissionais. Paim disse que o projeto deve harmonizar interesses de trabalhadores, empresários e governo.

## PESQUISAS

O Brasil está atrasado em relação à utilização da aloe vera (babosa) como suco vitalizante, disseram pesquisadores em audiência na Comissão de Agricultura (CRA). No Brasil, o uso da planta é autorizado apenas para produção de alguns cosméticos, apesar de a aloe vera ser utilizada mundialmente em larga escala para vários fins.

JONAS PEREIRA



No dia seguinte ao confronto com policiais, manifestantes protestam em frente ao Congresso contra o governo do DF

## ENERGIA LIMPA

Rosalba Ciarlini (DEM-RN) pediu maior atenção do Executivo para a energia limpa. O país, disse ela, tem abundância de sol e ventos, além do potencial humano dos pesquisadores. Rosalba sugeriu linha específica de financiamento e subsídio para a energia alternativa.

## RESERVA EM RORAIMA

Augusto Botelho (PT-RR) criticou a criação de nova reserva em Roraima, defendida pelo Instituto Chico Mendes, órgão do Ministério do Meio Ambiente. Segundo ele, quase 57% de Roraima estão em áreas de preservação.

## REAJUSTE DE APOSENTADORIA

Paulo Paim (PT-RS) cobrou que a Câmara seja coerente e, à semelhança do reajuste concedido a seus servidores, aprove também a vinculação do reajuste das aposentadorias ao salário mínimo e a extinção do fator previdenciário.

## Mozarildo aponta hipertrofia do Executivo e defende Judiciário

O senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) saudou a passagem do Dia da Justiça, comemorado oficialmente no dia 8 de dezembro desde 1950, por iniciativa da Associação dos Magistrados Brasileiros.

Mozarildo ressaltou que os três Poderes deveriam funcionar de forma independente e harmônica, conforme prevê a Constituição, ao apontar uma atual “hipertrofia” do Executivo, “que se intromete em todos os Poderes”. O senador afirmou ainda que a morosidade na Justiça é decorrente da própria legislação, que impede os ministros e desembargadores de atuarem de forma diferente.

O senador também afirmou



Mozarildo Cavalcanti

que o Executivo é culpado pelo argumento de que a Justiça só pune quem é pobre, salientando que a Constituição manda que os estados tenham Defensoria Pública “para defender aqueles que não podem pagar advogado”.

Mozarildo também homenageou o Tribunal de Justiça de Roraima, que completou 18 anos em abril último.

Na sexta-feira, Mozarildo leu em Plenário requerimento de voto de pesar, apresentado em conjunto com o senador Augusto Botelho (PT-RR), pelos dois anos do falecimento do ex-governador de Roraima Otomar Pinto. Natural de Petrolina (PE), Otomar morreu em 11 de dezembro de 2007.

presidência

# Sarney quer comissão de juristas no debate sobre reforma política

Mudança na legislação eleitoral e política deve ser uma das prioridades para 2010, disse o presidente do Senado. Para ele, Casa chega ao fim do ano “com a vida normalizada”

O presidente do Senado, José Sarney, afirmou sexta-feira que pretende criar, em 2010, comissão de juristas para propor uma reforma política. O tema, disse, é uma das matérias que deverão ser tratadas com prioridade no próximo ano. Ele fez a afirmação ao fazer um balanço das atividades da Casa em 2009, em seu retorno ao trabalho depois de uma licença médica de dez dias devido a uma gastrite.

– Acho que não podemos prescindir da reforma política. Meu desejo é constituir comissão de juristas, como nos códigos de Processo Penal e Civil, para fazer o mesmo com o Código Eleitoral, para que a gente tenha uma lei consolidada, ao invés de fazermos instruções e leis

periódicas e circunstanciais. Já entrei em contato com alguns dos grandes especialistas em Direito Eleitoral e alguns já aceitaram a missão de participar dessa comissão, para fazermos um código num prazo bem curto.

Sobre 2009, José Sarney disse que, apesar dos muitos problemas, a Casa chegou ao fim do ano “com a vida normalizada”. E que o Senado superou os assuntos mais graves e que punições foram prontamente aplicadas depois da investigação e apuração de irregularidades.

Indagado sobre as denúncias de corrupção que envolvem o governo de José Roberto Arruda, no Distrito Federal, Sarney considerou muito grave o que

aconteceu, manifestando sua certeza de que o DEM sabe administrar o problema. E lembrou que o próprio Arruda já não está mais filiado a esse partido.

Sobre o projeto que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva enviou ao Congresso para aumentar a pena de agentes públicos condenados por crime de corrupção, o presidente do Senado disse que o desconhece, mas lembrou que esse assunto sempre esteve entre suas preocupações.

– Na realidade, quando fui presidente da República, fiz a primeira Lei do Colarinho Branco, em 1986, entendendo a necessidade que tínhamos de leis que coibissem e evitassem práticas condenáveis na administração pública.



Entre parlamentares, Mão Santa discursa no lançamento de livro sobre ele na Biblioteca do Senado

## Livro conta trajetória política de Mão Santa

Mais de 30 senadores prestigiaram, na Biblioteca do Senado, o lançamento do livro *Atentai bem!*, do jornalista Zózimo Tavares, sobre o senador Mão Santa (PSC-PI). Também esteve presente o prefeito de Teresina, Silvio Mendes, e vários outros prefeitos de cidades piauienses, além de deputados federais de outros estados. O lançamento foi na quarta-feira, na Biblioteca do Senado Federal.

O jornalista, editor-chefe do *Diário do Povo*, de Teresina, é também membro da Academia Piauiense de Letras. Ele disse que a história de Mão Santa resultou num livro alegre e pode também virar filme, ainda mais divertido. Ele agradeceu a colaboração para escrever a obra – cujo nome destaca o bordão utilizado pelo senador em seus pronunciamentos – da esposa de Mão Santa, Adalgisa,

que também participou da solenidade. O livro foi apresentado aos presentes pelo senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), que destacou a simplicidade do homenageado.

Mão Santa lembrou que o discurso mais bonito do mundo foi feito por Jesus Cristo – o Pai Nosso, que tem 54 palavras e dura apenas um minuto. Ele pediu que todas as palmas fossem para o autor da oração. O parlamentar ainda comunicou que receberia na sexta-feira, em São Paulo, o prêmio Destaque Político do ano de 2009, concedido pelo Supremo Conselho Federal de Honrarias e Mérito da Ordem dos Parlamentares do Brasil (OPB). Mão Santa foi agraciado com a medalha Doutor Ulysses Guimarães, prêmio que, conforme informou, é concedido a ele pela segunda vez.

institucional

## Senado homenageia Braille na Semana da Pessoa com Deficiência

Os senadores vão celebrar o bicentenário de nascimento de Louis Braille, criador do sistema de leitura para pessoas com deficiência visual, reservando a parte inicial da sessão desta terça-feira para reverenciar a memória do francês. A sessão faz parte da programação da 5ª Semana de Acessibilidade e Valorização da Pessoa com Deficiência, organizada pelo Senado.

Por recomendação da União Mundial de Cegos (UMC), organismo da Organização das Nações Unidas (ONU), o bicentenário de Louis Braille está sendo comemorado em 159 países em 2009. O sistema braile é utilizado mundialmente como instrumento de leitura e alfabetização de cegos, tendo sido implantado no Brasil em 1850. O país foi o primeiro a utilizar esse método na América Latina.

Cego aos três anos de idade em consequência de um acidente doméstico, Braille empregou sua inteligência no desenvolvimento de um código de comunicação universal, perceptível ao tato, que tornou possível ao deficiente visual o acesso à leitura e à escrita.

Nascido em 1809 em Coupvray, na França, filho de um fabricante de arreios e selas, Braille, apesar da cegueira total, estudou na escola local e tornou-se organista e violoncelista. Com uma bolsa de estudos, conseguiu ingressar no Instituto Nacional para Jovens Cegos, em 1819, em Paris, tornando-se professor da instituição aos 18 anos de idade.

Em 1829, publicou seu novo método de escrita e leitura que o tornou mundialmente famoso. O sistema braile é um alfabeto convencional cujos caracteres são indicados por pontos em relevo. Com os seis pontos salientes, é possível fazer 63 combinações que podem representar letras simples e acentuadas, pontuações e algarismos.

Dentro da programação da Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência haverá ainda debates nas comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e de Assuntos Sociais (CAS).

As atividades da semana contarão com a participação da Turma da Mônica, com bonecos que reproduzem os personagens. O cartunista Maurício de Sousa também estará presente, autografando as revistinhas de acessibilidade da Turma da Mônica. A programação inclui ainda a exibição do filme *Além da luz*, de Ivy Goulart.

### DIA DO MARINHEIRO

O Congresso celebrou na última terça-feira o Dia do Marinheiro, comemorado em 13 de dezembro em homenagem ao nascimento do Almirante Tamandaré. A sessão foi presidida por Serys Slhessarenko (PT-MT) e teve a presença dos comandantes da Marinha, Almirante Julio Soares de Moura Neto; da Aeronáutica, Brigadeiro Juniti Saito; e do general Darke Nunes de Figueiredo, representando o comandante do Exército. Serys ressaltou o profissionalismo da Marinha, em especial seu trabalho na Antártica e na Amazônia, e defendeu a melhoria dos soldados. O presidente da Comissão de Relações Exteriores, Eduardo Azeredo (PSDB-MG), disse que 2010 deverá marcar o início da renovação da frota da Arma.

### DESBRAVADOR DA AMAZÔNIA

O Senado reverenciou na quinta-feira a memória do desbravador português Pedro Teixeira, que liderou uma expedição pelos rios Amazonas e Negro entre 1637 e 1639, e incorporou 5 milhões de quilômetros quadrados ao território brasileiro. O autor do pedido de homenagem foi Aloizio Mercadante (PT-SP), que ressaltou o papel exercido por Pedro Teixeira junto à Coroa Portuguesa na preservação da integridade territorial de sua então colônia na América: “O objetivo desse monumental esforço de exploração foi tomar posse das terras em nome do rei de Portugal e estabelecer Belém [ponto final da expedição] como rota de escoamento das mercadorias que saíam do Peru para a Espanha”, explicou Mercadante.

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** José Sarney  
**1º Vice-Presidente:** Marconi Perillo  
**2º Vice-Presidente:** Serys Slhessarenko  
**1º Secretário:** Heráclito Fortes  
**2º Secretário:** João Vicente Claudino  
**3º Secretário:** Mão Santa  
**4º Secretária:** Patrícia Saboya  
**Suplentes de Secretário:** César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

**Diretor-Geral do Senado:**  
Haroldo Tajra  
**Secretária-Geral da Mesa:** Claudia Lyra

### SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor:** Fernando Cesar Mesquita  
**Diretor de Jornalismo:** Davi Emerich

### AGÊNCIA SENADO

**Diretor:** Mikhail Lopes  
**Chefia de Reportagem:** Elina Rodrigues Pozzebom e Moisés Oliveira  
**Edição:** Nelson Oliveira e Sílvia Gomide

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e da Secretaria Jornal do Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

EDIÇÃO SEMANAL

Órgão de divulgação do Senado Federal

**Diretor:** Eduardo Leão  
**Editor-chefe:** Flávio Faria  
**Edição:** Djalba Lima, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Rafael Faria e Suely Bastos  
**Reportagem:** Cíntia Sasse, Janaína Araújo, João Carlos Teixeira, Sylvio Guedes e Thâmara Brasil  
**Diagramação:** Bruno Bazílio, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva  
**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéias D. de Moraes e Pedro Pincer  
**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino  
**Arte:** Claudio Portella e Diego Jimenez  
**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso Alves

Site: [www.senado.gov.br/jornal](http://www.senado.gov.br/jornal) - E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
 Tel.: 61 3303-3333 e 0800 61-2211 - Fax: 61 3303-3137  
 Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília/DF - CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações (SEEP) em papel reciclado

## programação

# A expectativa de quatro senadores sobre a Confecom

Conferência Nacional de Comunicação debaterá produção de conteúdo e atualização das leis do setor

A Conferência Nacional de Comunicação será realizada em Brasília a partir desta segunda até quinta-feira. O tema do encontro é "Comunicação: meios para a construção de direitos e de cidadania na era digital". Delegados que representam o governo, os empresários de comunicação e a sociedade civil vão debater a produção de conteúdo e a atualização das leis do setor, entre outros assuntos.

Quatro senadores fazem parte da comissão organizadora do evento: Flexa Ribeiro

(PSDB-PA), Lobão Filho (PMDB-MA), Wellington Salgado (PMDB-MG) e Antonio Carlos Júnior (DEM-BA). Eles integram a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado. No *Estação da Mídia*, os quatro parlamentares falam de sua expectativa em relação aos resultados da conferência.

### Estação da Mídia

Senado FM: terça-feira, 15/12, às 7h30  
Internet: terça-feira, 15/12

## Balanço da Comissão de Agricultura em 2009

Valter Pereira (PMDB-MS) é o convidado do programa *Entrevista Especial*, que vai tratar dos principais temas discutidos e votados na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, presidida pelo senador. O índice de produtividade das propriedades rurais, o refinanciamento das dívidas agrícolas e o seguro-safra são alguns dos assuntos que serão discutidos.

### Senado Economia

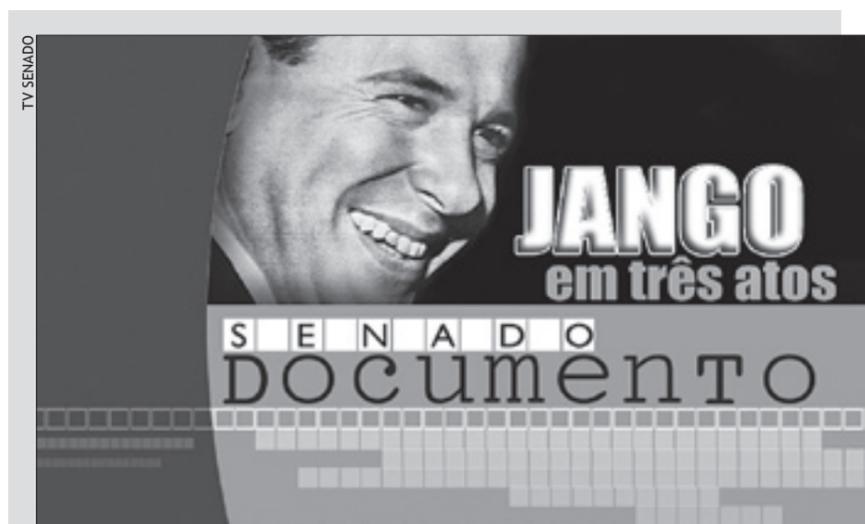
Senado FM:  
segunda-feira, 14/12, às 7h30  
Internet: segunda-feira, 14/12

## Economista faz previsões para 2010

O economista Silvio Sales, consultor da Fundação Getúlio Vargas, analisa os números da macroeconomia brasileira em 2009, quando o país sofreu com a crise internacional. Ele acredita que 2010 será um ano de crescimento inevitável, em torno de 5%, com destaque para a indústria, setor mais afetado pela crise.

### Entrevista especial

Senado FM e OC:  
segunda-feira, 14/12, às 12h  
Internet: segunda-feira, 14/12



O filme *Jango em três atos*, produção da TV Senado, foi o grande vencedor do Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo na categoria documentário. O prêmio é oferecido pelo Movimento de Justiça e Direitos Humanos (MJDH) e pela Ordem dos Advogados do Brasil, seccional do Rio Grande do Sul (OAB-RS), e tem o apoio da Associação dos Repórteres Fotográficos e Cinematográficos do Brasil. O documentário tem direção do

jornalista Deraldo Goulart e conta, desde a infância, a história do presidente deposto pelo golpe militar de 1964. A produção da TV Senado traz relatos de vários personagens dos fatos que culminaram com a queda de Jango e a instauração do regime militar. O prêmio foi instituído em 1984 para estimular o trabalho dos profissionais do jornalismo na denúncia das violações e na vigilância ao respeito dos direitos humanos.

## Promotora fala sobre o Pai Legal

O programa Pai Legal é desenvolvido pelo Ministério Público de alguns estados brasileiros. Promotores entram em contato com as escolas públicas em busca de crianças que foram registradas sem o nome do pai. A partir de informações da mãe, o órgão procura o pai da criança, pede exames de DNA e trabalha para que os filhos passem a ter o nome do pai na certidão de nascimento.

Sobre o programa, o *Fique por Dentro*

*da Lei* conversa com Renata Borges, da Promotoria de Justiça de Defesa da Filiação, do Ministério Público do Distrito Federal, órgão que adota o Pai Legal.

### Fique por Dentro da Lei

Senado FM:  
segunda-feira, 14/12, às 10h  
Internet: já disponível  
Ondas Curtas: terça-feira 15/12, às 8h



### SÁBADO

1h - TCU/Ponto a Ponto/Diplomacia  
2h - Leituras  
2h30 - Diplomacia e Inclusão  
3h30 - Cidadania  
4h - Alô Senado  
4h15 - Argumento  
4h30 - De Coração  
5h - Conversa de Músico  
6h - Cidadania  
6h30 - EcoSenado  
6h45 - Argumento  
7h - TV Brasil Internacional  
8h - De Coração  
8h30 - Cidadania  
9h - Alô Senado  
9h15 - EcoSenado  
9h30 - Leituras  
10h - Conversa de Músico  
11h - Parlamento Brasil  
11h30 - Diplomacia e Inclusão  
12h30 - Encontros  
13h - TCU/Ponto a Ponto/Diplomacia  
13h30 - Cidadania  
14h - EcoSenado  
14h15 - Alô Senado  
14h30 - Espaço Cultural  
15h30 - Tela Brasil/Salão Nobre  
16h30 - Agenda Econômica  
17h30 - Encontros  
18h00 - Conversa de Músico  
19h00 - Cidadania  
19h30 - Leituras  
20h - Alô Senado  
20h15 - Ecosenado  
20h30 - Especial  
21h - Parlamento Brasil  
21h30 - Agenda Econômica  
22h30 - Diplomacia e Inclusão  
23h30 - De Coração  
24h - Espaço Cultural

### DOMINGO

1h - Cidadania  
1h30 - TCU/Ponto a Ponto/Diplomacia  
2h - Alô Senado  
2h15 - EcoSenado  
2h30 - Agenda Econômica  
3h30 - Cidadania  
4h - Leituras  
4h30 - De Coração  
5h - Conversa de Músico  
6h - Cidadania  
6h30 - Alô Senado  
6h45 - Argumento  
7h - TV Brasil Internacional  
7h30 - Cidadania  
8h - Leituras  
8h30 - De Coração  
9h - Diplomacia e Inclusão  
10h - Conversa de Músico  
11h - Alô Senado  
11h15 - EcoSenado  
11h30 - Agenda Econômica  
12h30 - Encontros  
13h - Parlamento Brasil  
13h30 - Cidadania  
14h - TCU/Ponto a Ponto/Diplomacia  
14h30 - Espaço Cultural  
15h30 - Especial  
16h30 - Encontros  
17h - Diplomacia e Inclusão  
18h - Conversa de Músico  
19h - Cidadania  
19h30 - Alô Senado  
19h45 - EcoSenado  
20h - Especial  
20h30 - Leituras  
21h - Tela Brasil/Salão Nobre  
22h - Agenda Econômica  
23h - Parlamento Brasil  
23h30 - De Coração  
24h - Conversa de Músico



### SÁBADO

6h - Matinas  
7h - Música e informação  
9h - Prosa e Verso  
9h30 - Música e informação  
10h - Reportagem Especial  
10h30 - Música e informação  
12h - Senado Resumo  
12h30 - Música e informação  
14h - Cine Musical  
14h15 - Música e informação  
15h - Autores e Livros  
15h20 - Música e informação  
18h - Improviso Jazz  
19h - Música e informação  
20h - Escala Brasileira  
21h - Música e informação  
22h - Cine Musical  
22h15 - Música e informação  
**DOMINGO**  
6h - Matinas  
7h - Música e informação  
8h - Brasil Regional  
9h - Autores e Livros (reprise)  
9h20 - Música e informação  
10h - Cine Musical  
10h15 - Música e informação  
16h - Prosa e Verso (reprise)  
16h30 - Música e Informação  
17h - Reportagem Especial  
17h30 - Música e informação  
20h - Jazz & Tal  
21h - Música e informação

De segunda a sexta-feira, a programação da Rádio Senado e da TV Senado dedica-se prioritariamente à transmissão ao vivo das sessões realizadas no Plenário e nas comissões. Não havendo sessão, as emissoras transmitem reuniões de comissões que não puderam ser transmitidas

ao vivo, programas jornalísticos sobre as atividades dos senadores, reportagens especiais sobre temas em discussão na Casa e reprises de sessões. No caso da Rádio Senado, a programação inclui também seleções musicais.

### Como sintonizar

**TV A CABO:** (40), Manaus (57), Natal (52), NET, Mais TV e Video Cabo Recife (55), Rio de Janeiro (49 e 64) e Salvador (53).  
**TV POR ASSINATURA:** Sky (canal 118), Directv (217) e Teccat (17)  
**UHF:** Brasília (canais 36 e 51), Fortaleza (43), João Pessoa

### ANTENA PARABÓLICA

**Sistema analógico:**  
Satélite: B1  
Transponder: 11 A2

Polarização: horizontal  
Frequência: 4.130 MHz  
**Sistema digital:**  
Satélite: B1  
Transponder: 1 Banda Estendida  
Polarização: vertical  
Frequência: 3.644,4 MHz  
Frequência (Banda - L):

1.505,75 MHz  
Antena: 3,6 m  
PID - Vídeo: 1110  
Áudio: 1211  
PCR: 1110  
Receptor de Vídeo/Áudio Digital NTSC MPEG-2 DVB  
Symbol Rate: 3,2143Ms/s  
FEC: ¾

### Como sintonizar

**FM**  
Brasília (DF) e regiões vizinhas - 91,7 MHz  
Natal (RN) - 106,9 MHz (caráter experimental)  
**ONDAS CURTAS**  
Frequência de 5.990 kHz, na faixa de 49 metros no Norte, Nordeste, Centro-Oeste e norte de MG

**INTERNET**  
No endereço [www.senado.gov.br/radio](http://www.senado.gov.br/radio), por meio dos programas *Real Player* ou *Windows Media Player*  
**ANTENA PARABÓLICA**  
Satélite Brasilsat B1; receptor na frequência de 4.130 MHz; polarização horizontal; transponder: 11 A2

## voz do leitor

## Corrupção

"O Brasil é o único país que tem Tribunal de Justiça Eleitoral, mas não consegue punir políticos corruptos, mesmo com várias provas. Ou fazemos reformas anticorrupção, para que o tribunal funcione com qualidade e moralize o mundo político, ou devemos exigir a sua extinção por completo. O mesmo deveria ocorrer com o Supremo Tribunal Federal, deixando somente o Superior Tribunal de Justiça elaborando súmulas, sem ter que julgar políticos no geral."

**Antonio D. Agrella,**  
de São Paulo (SP)

## Sustentabilidade

"Os seres humanos continuam queimando combustíveis fósseis e desmatando florestas. Esse é o futuro que deixaremos para as futuras gerações? É necessário mudar as atividades humanas por meio de políticas públicas em educação ambiental, adotando medidas que incentivem a prática da sustentabilidade".

**Taynara Assano Zoner,**  
de Assis (SP)

## Violência

"A violência em nosso país é algo deplorável, vergonhoso e irracional."

**Marcos André da S. Gomes,**  
de Girau do Ponciano (AL)

## Estado democrático

"Quando li a edição semanal de 9 a 15 de novembro de 2009 do Jornal do Senado, fiquei indignado. O Brasil é um Estado democrático de direito. Como pode o Congresso ter uma sessão solene para comemorar o aniversário de um movimento que instaurou outro regime autoritário em Cuba?"

**Valter Roberto Soares,**  
de Tupã (SP)

## Qualidade na educação

"É urgente que o país estabeleça metas educacionais a longo prazo e as monitore constantemente. E o compromisso com a participação do Estado, da mídia, instituições, comunidades, empresários e sociedade civil

é preponderante para fazer com que a educação seja o norte para o crescimento do indivíduo. Não basta o Brasil se contentar em ser a sede da Copa do Mundo e das Olimpíadas, quando vemos um sistema que marginaliza o jovem que não tem educação, sonhos e emprego. Hoje, a educação pública não cumpre seu papel e perde espaço para a criminalidade. Quando se tem uma educação voltada para o mercado, para a mera recomposição de mão de obra, fabricamos uma sociedade que é incapaz de reflexão. Educação pública de mais qualidade é o que o povo precisa e clama."

**Cristiane Bibiano Silva,**  
de São Paulo (SP)

## Câmaras municipais

"Gostaria de manifestar opinião desfavorável à promulgação da Emenda Constitucional 58/09, que trata das disposições relativas à recomposição das câmaras municipais. Os governantes deveriam evitar gastos aos cofres públicos."

**Carlos Gean Pereira Gonzaga,**  
de São Gonçalo (PI)

## Manuel Zelaya

"Até quando e a que custo para os cofres públicos, o ex-neoditador sem êxito de Honduras ficará na embaixada brasileira, gerando despesas e desgaste para a nação brasileira perante outros governos? Já temos problema em excesso com nossas finanças. Sugiro que Manuel Zelaya se transfira para a embaixada da Venezuela ou da Bolívia."

**Sérgio Andrekowicz,**  
de União da Vitória (PR)

## Voto obrigatório

Votar é mais que um direito, é um dever de cada cidadão consciente e comprometido com a democracia do seu país. Concordo que o voto no Brasil ainda tem que ser obrigatório. Por exemplo, nas eleições para os membros dos conselhos tutelares dos municípios, a participação dos eleitores é pífia. O dia das eleições é a maior festa de cidadania que um país democrático pode oferecer aos seus cidadãos.

**Fábio Alves Leão,**  
de Rio Verde (GO)

## frases



Os versos são atualíssimos, com tudo que estamos vendo, e não só aqui em Brasília, neste momento

**Wellington Salgado,** ao citar a letra da música *Brasil*, de Cazuza, que em 1988 já denunciava a corrupção no país: "Brasil! / Mostra a tua cara / Quero ver quem paga / Pra gente ficar assim..."

Se precisarmos pôr o Exército no campo para assistir a um jogo, é porque a coisa está perdida

**Osmar Dias,** sobre a violência ocorrida no jogo entre Coritiba e Fluminense na última rodada do Campeonato Brasileiro.

Sou vítima de uma armação, de um complô

**Eduardo Azeredo,** defendendo-se da denúncia, aceita pelo Supremo Tribunal Federal, de caixa dois durante sua campanha à reeleição ao governo de Minas Gerais em 1998.



JONAS PEREIRA

A Amazônia é brasileira. Não existe isso de soberania universal sobre a região

**Arthur Virgílio,** rebatendo afirmação do secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, de que o Brasil impede sugestão sobre o que fazer com a Amazônia.



GERALDO MAGELA

Daí a desilusão de muitos, a descrença de tantos outros e a indiferença de grande parcela da população, que exorciza a atividade política ao invés de mudá-la ou de, pelo menos, tentar fazer isso

**Valter Pereira,** sobre as denúncias de corrupção envolvendo autoridades do Distrito Federal.

Houve um apequenamento dos líderes, que deixaram de ter preocupação mundial e passaram à preocupação local

**Cristovam Buarque,** ao afirmar que vai defender na conferência do clima em Copenhague (COP-15) uma nova postura para os políticos de todo o planeta.

A OMS disse que a grande doença deste século será o diabetes. O que pudermos disponibilizar para os portadores da doença será bem-vindo

**Demostenes Torres,** ele mesmo diabético, comemorando aprovação de projeto na CCJ.



Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, Senado Federal, edifício Anexo I, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail ([jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)) ou telefone (0800 61-2211).

## pergunte ao senador

## Regulamentação da profissão de turismólogo

"Por que o projeto que regulamenta a profissão de turismólogo ainda não foi aprovado?"

**Rubens Neves,**  
de Teixeira de Freitas (BA)

A senadora **Rosalba Ciarlini (DEM-RN)** responde:

Com certeza, porque o relator – que é quem prepara o parecer, que faz uma análise da proposição a ser votada na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) – ainda não devolveu o projeto com seu relatório final. Mas pode ficar tranquilo, foi importante você cobrar, pois é um grande ganho para o setor. Sei que o exercício dessa profissão é muito importante

e que o Brasil precisa dar todo apoio e incentivo, até porque cada vez mais as atividades em torno do turismo crescem no país e exigem qualificação adequada. Vou cobrar e, na comissão, trabalhar por maior agilidade na tramitação da proposta, para que rapidamente tenhamos um resultado positivo.

Com informações da Rádio Senado



GERALDO MAGELA

# Como aproveitar bem o 13º salário

**U**m planejamento adequado para o uso do 13º salário pode definir um Ano-Novo mais tranquilo para o trabalhador e sua família.

Saldar dívidas é a opção mais recomendada pelos economistas, que também aconselham poupar para o pagamento de impostos nos

primeiros meses do ano. Nesta edição, dicas que podem ajudar quem busca equilibrar os gastos domésticos.

## Quitar dívidas é prioridade

É comum para quem está com o orçamento apertado esperar pelo 13º para ter um alívio nas contas. De acordo com estudo feito pela Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (Anefac), 64% dos brasileiros têm a intenção de usar o 13º salário para pagar dívidas já contraídas, sobretudo as de cheque especial e de cartão de crédito, cujas taxas de juros são as mais altas do mercado.

– O prudente é realmente quitar dívidas, principalmente aquelas que embutem juros escorchantes, e evitar cair em outras – reforça Renan Studart Quintas, consultor de investimento da Mercor Bonae.

Outro destino a ser dado ao dinheiro extra é separar uma parte para ajudar no pagamento das contas que vencem no início do ano, como matrícula e material escolar, o Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) e o Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU). Com esse planejamento, é possível aproveitar alguns descontos oferecidos para quem faz pagamento antecipado desses compromissos. Renan Quintas afirma que destinar o dinheiro para a

quitação desses débitos depende do grau

de endividamento da pessoa.

– Se as dívidas foram pagas e o orçamento familiar for restrito, é recomendável que o dinheiro seja guardado para o pagamento de contas que vencerão no próximo ano, mesmo que seja para daqui a dois meses – aconselha.

Após pagar dívidas e reservar um pouco de dinheiro para saldar outras que virão, o sinal está livre para as compras de Natal, incluindo presentes e a ceia, e os gastos com viagens.

– Nessa hora, cada um tem sua prioridade, depende dos gostos pessoais e das possibilidades financeiras. Alguns priorizam viagens, outros, festas e presentes – afirma.

Mas a cautela não pode ser totalmente abandonada, por isso é recomendável pensar em um limite para que essas despesas não consumam todo o dinheiro ou, pior, virem dívidas para o ano que se aproxima.

O senador Adelmir Santana (DEM-DF), que é presidente do Sistema Fecomércio-DF e vice-presidente da Confederação Nacional do Comércio (CNC), lembra a importância do 13º para a economia do país, revertendo atualmente o cenário desfavorável do último trimestre de 2008, quando a população sentiu os

efeitos da crise financeira mundial. Ele observa que, mesmo sendo usada prioritariamente na quitação de débitos, para “limpar o nome” das pessoas, a gratificação natalina é tão representativa que é responsável por uma forte injeção de recursos na economia.

– Como já é esperado pelo comércio, o mês de Natal é o mais importante para o aquecimento da economia. E neste ano esperamos um período sensacional, com muitas contratações temporárias de trabalhadores – afirma o senador.

## Só 1% dos brasileiros opta por poupar e investir

Guardar o dinheiro do 13º e usá-lo em investimentos financeiros são opções pouco adotadas pelos brasileiros. O estudo da Anefac comprova isso, ao revelar que a predisposição dos brasileiros para poupar é de apenas 1%. Somente esse percentual deve usar os recursos extras para investir. Mas ainda que esse número seja tão baixo, vale a pena pensar nas maneiras mais adequadas de fazer o dinheiro render, de acordo com o perfil e os planos do trabalhador.

O consultor de investimentos Renan Studart Quintas afirma que é importante pensar em fazer uma poupança, um investimento de longo prazo ou mesmo guardar dinheiro para a faculdade dos filhos.

– Para quem tem uma sobra no orçamento e pretende usá-la dentro de seis meses, numa viagem ou compra especial, o investimento deve ser em fundos de renda fixa ou poupança – diz, explicando que qualquer investimento feito em tempo inferior a 12 meses é considerado de curto prazo.

Para investimento de longo prazo, o consultor sugere a compra de ações na bolsa.

– O pensamento de quem faz esse tipo de investimento não é o de que não tem nada a perder e sim o daquela pessoa que não tem pressa de ganhar, que quer ganhar a longo prazo – diz Quintas.

Ele explica que ações de empresas fortes podem ter flutuações em curto prazo, de cinco a sete meses, provocando perdas eventuais no período. Mas os investimentos em renda variável, de longo prazo, requerem constantes aportes e, se as ações caem, o investidor pode comprar mais a um preço baixo, apostando que, no longo prazo, elas recuperem o valor.

Com base em levantamento feito a partir do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), o consultor financeiro diz que a estimativa é de que menos de 5% da população brasileira investe em ações. Diferentemente dos brasileiros, os norte-americanos “analisam a situação de investir como um todo e pensam em prazos longos, de 10 a 20 anos”. Isso é raro no Brasil, afirma Renan, lembrando consultoria prestada a um universitário, estagiário de uma empresa pública, que, após seis anos fazendo aportes de R\$ 500 a R\$ 1.500 em ações de primeira linha, transformou R\$ 17 mil em quase R\$ 70 mil.

– A partir de uma cultura de guardar o dinheiro, obviamente para o qual ele não tinha planos a curto prazo, ele investiu em ações que tiveram uma variação muito grande de rentabilidade, pois o histórico das empresas era favorável a essa análise – explica Renan.



## Projetos de lei ampliam benefício da gratificação natalina

**PLS 246/06**, do senador Antonio Carlos Magalhães (falecido em 2007)

Altera a Lei 4.090/62, que institui a gratificação de Natal para os trabalhadores, a fim de determinar o adiantamento do pagamento do 13º salário. A proposta aguarda decisão terminativa na Comissão de Assuntos Sociais (se aprovada e não houver recurso para análise em Plenário, segue direto para a Câmara).

**PL 3.807/08**, do deputado Rogério Lisboa (DEM-RJ)

Autoriza o saque do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e o pagamento da primeira parcela do 13º salário para celebração de casamento civil. A proposta tramita junto com o PL 2.649/07 e deverá receber parecer conclusivo das comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público, de Finanças e Tributação e de Constituição e Justiça

da Câmara.

**PL 682/07**, do deputado Cleber Verde (PTB-MA)

Estende o pagamento de gratificação natalina ao idoso e à pessoa com deficiência que recebam o benefício de prestação continuada. A proposta tramita com o PL 3.967/97 e aguarda votação nas comissões de Seguridade Social e Família, de Finanças e Tributação e de Constituição e Justiça da Câmara.

### Saiba mais

#### Ministério do Trabalho e Emprego

Esplanada dos Ministérios, bloco F  
Brasília-DF - CEP: 70059-900  
(61) 3317-6000  
www.mte.gov.br

#### Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (Anefac)

Rua 7 de Abril, nº 125, cj. 405 - 4º andar  
- República  
São Paulo (SP) - CEP: 01043-000  
(11) 2808-3200  
www.anefac.com.br